A FAMÍLIA CASTRO

(Conclusão)

BARÃO DE STUDART

CAPITÃO-MOR JOSÉ DE CASTRO SILVA III

1º. — EDUARDO DE CASTRO E SILVA, casando-se com D. Maria Arsênia de Castro Silva, filha de Joaquim Fiúza Lima e de sua mulher, D. Ana Fiúza Lima, filha do Coronel das Antigas Milícias Pedro José da Costa Barros, natural de Portugal, e de sua mulher D. Antônia da Costa Barros, natural do Recife, teve a descendência seguinte:

(a) D. CAROLINA INEZ DE CASTRO FIÚZA, nascida em 12 de julho de 1816, casada, em 8 de agôsto de 1838, com seu tio materno o Capitão Joaquim Fiúza Lima, natural de Portugal e de sua mulher D. Ana Fiúza.

Teve êste casal dois filhos: Getúlio de Castro Fiúza Lima, falecido na infância, e D. Ana de Castro Fiúza Lima, nascida a 7 de abril de 1841.

(b) D. MARIA DE CASTRO FIDÉLIS, nascida a 6 de janeiro de 1819, casada com seu primo Manuel Fidélis Barroso, nascido em 1813, escrivão de Órfãos do Aracati, filho do Tenente-Coronel José Fidélis Barroso, natural do Recife, e da sua mulher, D. Rosa Fidélis, natural do Aracati.

(c) D. MARIINHA LUDOVINA DE CASTRO, nascida em 18 de julho de 1823, casada com seu tio Antônio Teodorico de Castro.

Tiveram a seguinte descendência:

CREOBILON EDUARDO DE CASTRO, nascido a 23 de abril de 1843; D. Idelburga Lúcia de Castro, nascida a 23 de julho de 1844; D. Maria Arsênia de Castro, nascida a 17 de julho de 1845; D. Rosa

Amélia de Castro, nascida a 25 de fevereiro de 1848; D. Josefa Francisca de Castro, nascida a 24 de janeiro de 1849; D. Maria Amália de Castro, nascida a 17 de janeiro de 1850; Arquimedes de Castro e Silva, nascido a 24 de dezembro de 1851; D. Maria Ernestina de Castro, nascida a 7 de dezembro de 1852; D. Sabina Angélica de Castro, nascida a 18 de janeiro de 1854; D. Francisca Augusta de Castro, nascida a 26 de outubro de 1858; José Eduardo de Castro, nascido a 18 de janeiro de 1859; Coriolano de Castro Silva Menezes, nascido a 14 de novembro de 1860.

(d) D. FRANCISCA AUGUSTA DE CASTRO ALBUQUERQUE, nascida a 24 de dezembro de 1824.

Casou-se com José Anastácio de Albuquerque, natural do Recife, e teve os seguintes filhos:

D. MARIA DE CASTRO TÔRRES BANDEIRA, nascida a 6 de dezembro de 1841, casada com o Dr. Mileno Tôrres Bandeira, natural da Paraíba, atualmente Juiz Municipal de Lavras, no Ceará.

FARMACÊUTICO GENTIL HOMEM DE CASTRO ALBUQUERQUE, nascido a 3 de setembro de 1844.

UMBELINO DE CASTRO ALBUQUERQUE e D. FAUSTA DE CASTRO ALBUQUERQUE.

(e) D. JOSEFA DE CASTRO VALENTE, nascida em 1825.

Casou-se com o Capitão Antônio Gonçalves Valente, do Icó, filho do português Manuel Gonçalves Valente e de sua mulher, D. Angélica Valente, e teve a seguinte descendência:

GERVÁSIO DE CASTRO VALENTE, Aquilina de Castro Valente, Leolina Leopoldina de Castro Valente e José Henrique de Castro Valente, cadete do Exército, falecido em conseqüência dos ferimentos recebidos na campanha contra o Paraguai.

(f) Major CORIOLANO DE CASTRO E SILVA, nascido a 28 de outubro de 1829 e casado, em Mato Grosso, a 21 de janeiro de 1859, com D. Isidora Francisca de Castro, da qual teve os seguintes filhos:

Maria, falecida na infância.

Francisca, nascida, na antiga Capital do Mato Grosso, a 3 de dezembro de 1863, e falecida em Fortaleza, a 6 de janeiro de 1880.

Pedro Nolasco de Castro Menezes, nascido, em Vila Maria, a 31 de janeiro de 1866, e atualmente estudante do Instituto de Humanidades Cearense.

O Major Coriolano, estando em Pernambuco, assentou praça no Exército, a 20 de dezembro de 1844, tomou parte na revolta de 1848, assistiu ao combate de 2 de fevereiro de 1849, fêz parte do Exército, que do Rio Grande do Sul, onde estava destacado, marchou contra o Ditador da República Argentina; foi promovido ao pôsto de alferes, por Decreto de 14 de abril de 1855, ao de tenente, por Decreto de 28 de novembro de 1863, e ao de capitão, por Decre-

to de 1º. de julho de 1867, expedicionou em Mato Grosso no ano de 1857 e contra a praça de Corumbá, em 1867, pelo que foi condecorado com a medalha de prata, tendo o dístico — "Constância e Valor".

O Major Coriolano fêz a campanha do Paraguai, sendo, por isso, condecorado com a Cruz de Bronze e passador de prata n. 5 e é cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Aviz.

Sua reforma, a pedido, no pôsto de major traz a data de 5 de julho de 1879.

(g) José AUGUSTO DE CASTRO E SILVA, escrivão do cível crime, tabelião no Aracati, nascido em 1831.

Casou com D. Felismina Correia Lima, filha do Major Geraldo Correia Lima e de sua mulher, D. Joana Batista Barbosa Lima, e teve a seguinte descendência:

José Augusto de Castro e Silva Júnior, negociante na Província do Amazonas, casado com D. Maria Augusta Barbosa de Castro, filho do Dr. Joaquim Barbosa Lima, Juiz de Direito de Fortaleza, e de sua mulher, D. Rita Cintra Barbosa Lima, natural do Recife.

João Augusto de Castro, residente em Baturité.

Eduardo de Castro e Silva Neto; Alfredo de Castro Silva; Ulisses de Castro Silva; Pedro de Castro e Silva; Joana de Castro e Silva.

(h) EDUARDO DE CASTRO SILVA 3º.

(i) TEODORO ERNESTO DE CASTRO, nascido em 1832, casado com D. Guilhermina de Castro, natural da Paraíba, de quem tem duas filhas: Guilhermina e Maria Arsênia de Castro.

(j) TÚLIO CÍCERO DE CASTRO SILVA, nascido em 1833, alferes em S. Paulo.

Casou-se com D. Amélia de Castro e Silva, natural de S. Paulo. Houve 3 filhos.

(k) Capitão JOÃO FIÚZA de CASTRO, nascido em 1836.

Casou-se em 1854 com D. Idalina Monteiro de Castro, filha do Capitão Joaquim Carneiro Monteiro, natural do Aracati, e teve a seguinte descendência:

Francisco Fiúza de Castro, nascido em 1855 e falecido em 1864.

José, nascido em 1856 e morto um ano depois.

Ana, nascida em 1857, falecida ainda no berço.

Álvaro Fiúza de Castro, nascido em 1858. É estudante da Escola Militar.

Ana, nascida em 1859 e falecida no mesmo ano.

D. Joana Fiúza de Castro, nascida em 1862.

D. Idalina Monteiro de Castro, por morte de seu marido, passou a 2as. núpcias com o Tenente Siqueira Mano.

(l) TEODOLINA ERNESTINA DE CASTRO, nascida em 1839

(m) ARQUIMEDES DE CASTRO E SILVA.

2º. — O Tenente-Coronel JOSÉ de CASTRO SILVA 4º., casando-se com D. Bernardina Cândida de Castro, nascida em setembro de 1805, filha do português Inácio José da Costa e de sua mulher, D. Maria da Costa, teve a seguinte descendência:

(a) D. JOSEFA LEOPOLDINA de CASTRO SILVA, nascida a 14 de março de 1821.

(b) D. AMÁLIA de CASTRO SILVA, nascida a 25 de julho de 1822, casada com seu primo Antônio da Silva Castro. Não teve filhos.

(c) Rvdo. TITO JOSÉ de CASTRO SILVA MENEZES. Foi um dos chefes do Partido Liberal do Aracati, e, como ministro da Religião, fêz-se notável por atos de abnegação e caridade.

O "Aracati", de 28 de maio de 1862, tarjando suas páginas de luto, dedicou um número especial à morte dêsse varão ilustre, vítima da cólera e conclui assim a sua necrologia: "Nasceu o Padre Tito no 1º. de agôsto de 1823, tomou ordens sacras em 1846, celebrou a 1ª. missa no 1º de janeiro de 1847; em 1848, quando a peste da varíola assolava o Aracati, êle consolava a uns, ungia a outros, socorria a quantos podia e tornou-se notável por sua caridade. Em maio de 1851, foi nomeado coadjutor desta freguesia e nessa época prestou os mais relevantes serviços em prol dos flagelados pela febre amarela: desde 1848, na qualidade de vereador, empenhou-se pelos interêsses do Município; como Juiz Municipal suplente, foi solícito em cumprir seus deveres, finalmente na terrível quadra em que nos achamos (a do *cholera-morbus*), tornou-se notável pela sua abnegação, por seu amor ao próximo".

O Padre Tito morreu mártir do dever a 22 de maio de 1862.

(d) ANTÔNIO AURELIANO de CASTRO, nascido a 11 de dezembro de 1824.

(e) D. EMÍLIA de CASTRO SAMPAIO, nascida a 4 de julho de 1827, casada com Antônio Aureliano Sampaio, nascido em 1825, filho de José Francisco Sampaio, e em segundas núpcias com Francisco Emiliano Nogueira Lima, também falecido.

Teve do primeiro leito José de Castro Sampaio e D. Maria Emília de Castro Sampaio, casada com Clementino Francisco Sampaio, filho de Francisco Sampaio.

D. Maria de Castro Sampaio tem uma filha de nome Francisca.

Teve do segundo leito D. Mafalda e D. Virgínia Nogueira Lima.

(f) FARMACÊUTICO DEODATO CÉSAR de CASTRO SILVA, nascido a 16 de outubro de 1831. Casou-se com sua prima D. Josefa de Castro Chaves e teve os seguintes filhos: D. Rosa Chaves Fernandes Costa, casada com Ventura Fernandes da Costa, natural de Alagoas; D. Ederburges de Castro Chaves; Creobilon de Castro Chaves; José de Castro Chaves; Manuel e Raimundo Chaves.

Deodato faleceu de *cholera-morbus*, a 15 de maio de 1862, no Saboeiro.

(g) D. ETELVIRA ADELAIDE de CASTRO, nascida a 30 de abril de 1833, casada com Joaquim de Lemos Ferreira a 23 de junho de 1862 de cujo consórcio houve a 29 de março de 1864 uma filha de nome Virgínia.

(h) JOSÉ de CASTRO SILVA 5º., nascido a 14 de setembro de 1839.

(i) D. BERNARDINA CANDIDA de CASTRO MONTEIRO, nascida a 5 de março de 1841, casada a 3 de fevereiro de 1860 com o Capitão Manuel Monteiro da Silva, do qual teve os filhos seguintes:

José, nascido a 24 de abril de 1861 e morto a 28 de maio de 1862; D. Júlia, nascida a 19 de setembro de 1862; José, nascido a 5 de abril de 1864; Etelvira, nascida a 22 de junho de 1865; João, nascido a 26 de novembro de 1867; Nabor, nascido a 21 de fevereiro de 1869 e morto a 13 de julho de 1878; Abdon, nascido a 30 de julho de 1870 e morto a 8 de novembro; Leopoldo, nascido a 29 de novembro de 1871; Virgínia, nascida a 17 de abril de 1873; Eugênio, nascido a 13 de novembro de 1874; Manuel, nascido a 20 de abril de 1876, morto a 26 de abril de 1879; Tito, nascido a 13 de abril de 1879; Raimundo, nascido a 31 de maio de 1880; Elisa, nascida a 28 de fevereiro de 1881.

(j) FRANCISCO de ASSIS CASTRO MENEZES, nascido a 4 de outubro de 1842.

(k) FARMACÊUTICO JOÃO FACUNDO de CASTRO MENEZES, nascido a 21 de junho de 1844.

(l) DOMINGOS de CASTRO SILVA, nascido a 4 de abril de 1847.

3º. — Coronel JOÃO de CASTRO SILVA' MENEZES, casando-se com D. Teresa Angélica de Castro, filha do português Custódio José Ribeiro, falecida em 1838, teve em S. Bernardo a descendência seguinte:

(a) FRANKLIN de CASTRO MENEZES.

(b) LÚCIO de CASTRO MENEZES.

(c) JOÃO de CASTRO SILVA MENEZES.

(d) D. LEOPOLDINA de CASTRO OLIVEIRA, casada com Alexandrino Cristiano de Oliveira, natural do Aracati, filho do primeiro Vice-Presidente João Crisóstomo de Oliveira, natural do Recife, e de sua mulher, D. Maria de Oliveira. Tiveram Maria, João e Joaquim de Castro Oliveira.

(e) D. JOSEFA de CASTRO MENEZES.

(f) D. TERESA de CASTRO MENEZES.

(g) D. LUCRÉCIA de CASTRO MENEZES.

4º. — D. RUFINA CAROLINA de CASTRO casou com seu tio Antônio da Silva Castro e teve os filhos já apontados.

5º. — D. RITA LÚCIA de CASTRO FONSECA teve os seguintes filhos:

Manuel da Fonseca e Silva Júnior, nascido a 8 de dezembro de 1824; Maria Arlinda de Castro Fonseca, nascida a 3 de fevereiro de 1826, casada com seu tio Francisco Lúcio de Castro e falecida a 4 de novembro de 1875; Ricardo da Fonseca Barradas, nascido a 3 de abril de 1827 e falecido no Pará, em 1847; Josefa Augusta de Castro Fonseca, nascida a 7 de outubro de 1828; Carolina de Castro Fonseca, nascida a 17 de abril de 1830; D. Júlia Bibiana de Castro Fonseca, nascida a 2 de dezembro de 1831; José Bolivar da Fonseca, nascido a 26 de abril de 1833 e falecido a 30 de junho de 1843; D. Rosa de Viterbo de Castro Fonseca, nascida a 29 de março de 1835 e falecida a 17 de maio de 1844; Bacharel Augusto Elísio de Castro Fonseca, nascido a 3 de julho de 1836, casado com D. Maria de Aguiar Fonseca e falecido a 6 de julho de 1876 como Juiz de Direito de Codó, no Maranhão, deixando os seguintes filhos:

João Elísio, nascido a 16 de abril de 1862; Manuel, nascido a 24 de fevereiro de 1863 e falecido quatro horas depois; Augusto Elísio, nascido a 4 de outubro de 1864; Manuel da Fonseca e Silva, nascido a 18 de dezembro de 1838 e falecido a 22 de dezembro de 1839; Joaquim da Fonseca e Silva, nascido a 18 de julho de 1840, casado com D. Maria de Castro e falecido a 24 de maio de 1869; D. Rita Lúcia de Castro Fonseca, nascida a 16 de fevereiro de 1842, casada com Daniel César Ramos, do qual tem os seguintes filhos:

Alice, nascida a 13 de junho de 1861; Sara, nascida a 16 de julho de 1862 e faleicda em 1864; Ester, nascida a 24 de novembro de 1863; Camila, nascida a 18 de dezembro de 1864; Mário, Carlos, Gustavo, Lídia, Isaac e Fernando Ramos; D. Ana Amélia de Castro Fonseca, nascida a 16 de março de 1844 e falecida a 18 de maio de 1871; D. Rosa Cândida de Castro, nascida a 16 de outubro de 1846 e falecida a 17 de fevereiro de 1881, tendo deixado de seu consórcio com o Tenente Alfredo Ramos Chaves os seguintes filhos:

Alfredo Ramos de Castro Chaves, nascido a 12 de junho de 1873; Alzira Ramos de Castro Chaves, nascida a 6 de abril de 1875; Maria Austerlina de Castro Chaves, nascida a 1º. de maio de 1876; Honorina de Castro Chaves, nascida a 20 de abril de 1877; Laura de Castro Chaves, nascida a 1º. de abril de 1878 e falecida horas depois; Getúlio de Castro Chaves, nascido a 18 de abril de 1880 e falecido a 5 de agôsto de 1880.

6º. — D. Mariana Rufina de Castro fêz vida celibatária.

7º. — O Capitão Raimundo Teodorico de Castro casou-se a 1º. de outubro de 1831 com D. Maria Malveira de Castro, nascida em

S. Bernardo das Russas a 15 de fevereiro de 1817 e falecida a 14 de abril de 1863, e teve os seguintes filhos:

(a) TITO TEODORICO de CASTRO, nascido na cidade de São Bernardo em 25 de dezembro de 1832, falecido em Barreiros, Província de Pernambuco, em 24 de dezembro de 1872. Sua mulher e filhos morreram nesta vida.

(b) D. IDELVIRA JOSINA de Castro, nascida em São Bernardo em 23 de junho de 1834, falecida na mesma cidade, solteira, em 3 de fevereiro de 1862.

(c) ULISSES, nascido no Aracati em 19 de novembro de 1835 e falecido na mesma cidade em 14 de dezembro.

(d) TEÓDULO TEODORICO DE CASTRO, nascido no Aracati em 13 de novembro de 1836. Casou-se na vila do Pilar, em Alagoas, ocm D. Delmira Areias de Castro Andrade, casada a 30 de julho de 1881 com Gaspar Augusto de Andrade.

(e) D. Josina IDELVIRA de Castro, nascida no Aracati em 9 de junho de 1838, falecida nesta cidade de Fortaleza, solteira, em 4 de setembro de 1858.

(f) D. CLEOBALINA JOSINA de CASTRO, nascida na cidade de São Bernardo em 25 de abril de 1840, falecida, solteira, nesta cidade de Fortaleza em 6 de maio de 1862.

(g) D. FACUNDA JOSINA de CASTRO, nascida no Aracati em 8 de novembro de 1842, casou-se em 4 de novembro de 1865 com José Gonçalves Malveira, falecido em 31 de março de 1866, e em 17 de junho de 1873 com o Tenente do Exército Demétrio Raimundo Maria de Oliveira, de quem teve um filho de nome Demétrio, nascido em Manaus, em 16 de junho de 1874.

D. Facunda de Castro faleceu nesta cidade de Fortaleza a 9 de maio de 1876.

(h) José TEODORICO de CASTRO, nascido em 8 de outubro de 1843 no Araacti. Casou-se em 1º. de novembro de 1873 com D. Maria da Assunção Castro, e tem tido os seguintes filhos:

Gastão, nascido em 29 de setembro de 1874.

Oscar, nascido em 25 de junho de 1876.

Joaquim, nascido em 4 de setembro de 1877 e falecido em 29 de dezembro do mesmo ano.

Amauri, nascido em 10 de abril de 1879.

Olga, nascida em 1º. de março de 1881.

(i) TEODORICO VICENTE de Castro, nascido em 19 de julho de 1847 no Aracati. Em 1866 foi encarregado dos arquivos da Alfândega de Fortaleza; em 20 de maio de 1867 foi nomeado Fiel do Tesouro da mesma Alfândega, ficando adido, por ter a reforma do Ministério Zacarias dado por extinto êsse lugar; foi nomeado Fiel do Armazém, emprêgo que não aceitou por doente, sem esperança

de restabelecimento, e faleceu solteiro em 5 de setembro de 1872.

(j) TEODOMIRO, nascido em 30 de maio de 1849 no Aracati, falecido em 14 de setembro do mesmo ano.

(k) D. MARIA JOSINA de CASTRO, nascida a 28 de julho de 1850 na cidade de São Bernardo, casou-se nesta cidade de Fortaleza, em 30 de novembro de 1872, teve um filho de nome João, nascido em 21 de dezembor de 1873, falecido em 22 do mesmo mês, e uma filha Cleobulina, nascida em 8 de março de 1875.

(l) RAIMUNDO TEODORICO de CASTRO, nascido em 11 de janeiro de 1852 no Aracati, casou-se com D. Ana Querubina Coelho Castro, teve uma menina de nome Querubina, nascida em 5 de abril de 1876, falecida no Rio de Janeiro com mais de um ano de idade.

(m) TEODOMIRO TEODORICO de CASTRO, nascido em 23 de fevereiro de 1856 em Fortaleza, onde se casou com D. Isabel Maria dos Santos, tem dois filhos: Arnaud, nascido em 22 de junho de 1878, e Lahyers, nascida em 3 de janeiro de 1880.

Raimundo Teodorico casou-se em segundas núpcias, nesta capital, com Josefa Leonila dos Santos Castro, em 1º. de dezembro de 1873, e dêste matrimônio tem tido três filhos, a saber:

José, nascido em 22 de setembro de 1879.

Idelvira, nascida em 20 de maio de 1877, falecida em 12 de abril de 1878.

Luís, nascido em 4 de abril de 1879.

8º. — D. MARGARIDA de CASTRO SILVA não casou.

9º. — D. ROSA DE VITERBO CASTRO CHAVES e seu primo Raimundo Cândido Ferreira Chaves tiveram a descendência seguinte:

(a) Major de Engenheiros Dr. Crisólito Ferreira de Castro Chaves, nascido a 26 de janeiro de 1835, Bacharel em Matemática e Ciências Físicas, Major do Corpo de Engenharia Militar, Diretor das Obras Militares em Pernambuco, Cavaleiro das Ordens da Rosa e Aviz, casado com sua prima D. Rosa Pagels de Castro Chaves, filha de João Joaquim Pagels e D. Joana de Castro Pagels, nascida aos 11 de agôsto de 1846. São seus filhos:

D. Eponina Chaves, nascida aos 25 de maio de 1863; Mário, nascido aos 2 de setembro de 1865; Elisa, nascida aos 19 de fevereiro de 1869; Judite, nascida aos 19 de fevereiro de 1872; Clícia; nascida aos 24 de abril de 1873; Crisólito, nascido aos 22 de julho de 1875.

Faleceu o major Crisólito a 19 de março de 1880.

(b) D. JOSEFA ISELINDA de CASTRO CHAVES, nascida a 5 de janeiro de 1834, casada com seu primo Deodato de Castro. Teve os filhos já apontados.

(c) TENENTE CREONCIDES CANDIDO de CASTRO CHAVES,

nascido a 20 de maio de 1842, empregado na repartição de Telégrafos do Rio de Janeiro.

Fêz parte da guarnição do Araguari no combate de Riachuelo.

É condecorado por serviços de campanha.

Casou no Rio de Janeiro e tem dois filhos, Clotildes e Edmundo.

(d) D. FREDUVINA EDELBURGA de CASTRO CHAVES RAMOS, nascida no Aracati, a 5 de dezembro de 1848, casada a 19 de junho de 1862 com o Capitão José Francisco Ramos, natural do Aracati, filho de José Francisco Ramos e de sua mulher, D. Ana Teodora Ramos.

Tem os seguintes filhos:

Regina Chaves de Castro Ramos, nascida a 7 de setembro de 1863 e falecida a 9 de outubro de 1865; Raimundo Chaves de Castro Ramos, nascido a 27 de maio de 1865, estudante de Humanidades no Recife; D. Beatriz Chaves de Castro Ramos, nascida a 15 de junho de 1866; Regina Chaves de Castro Ramos, nascida a 7 de setembro de 1868 e falecida a 14 de outubro de 1876; Estefânia Chaves de Castro Ramos, nascida a 3 de janeiro de 1869; Julieta Chaves de Castro Ramos, nascida a 4 de maio de 1871; Isaura Chaves de Castro Ramos, nascida a 7 de julho de 1872; João Facundo de Castro Ramos, nascido a 8 de maio de 1874; Euxério, nascido a 11 de dezembro de 1875; Maria, nascida a 2 de outubro de 1880; Euricina, nascida a 18 de dezembro de 1881; Edelburga, nascida a 29 de março de 1883.

(e) BELEROFONTE CÂNDIDO de CASTRO CHAVES, nascido a 23 de maio de 1852, falecido em Pernambuco a 23 de junho de 1880.

Casou-se com D. Maria da Conceição Rêgo de Castro, filha do Conselheiro Vicente Pereira do Rêgo. Tem dois filhos de nomes Eurico e Belerofonte.

10º. — D. Joana de Castro Pagels casou com João Joaquim Pagels, natural de Hamburgo e falecido em 9 de outubro de 1862, e teve os filhos seguintes:

(a) D. ROSA PAGELS de CASTRO CHAVES, nascida em 11 de agôsto de 1846, casada com o Dr. Crisólito Ferreira de Castro Chaves, em julho de 1862. Teve os filhos já citados.

(b) JOÃO JOAQUIM DE CASTRO PAGELS, nascido a 25 de junho de 1847 e falecido em julho de 1866.

(c) ADOLFO de CASTRO PAGELS nasceu a 20 de janeiro de 1840, casou com D. Joana Correia Pagels em 5 de fevereiro de 1868 e teve os seguintes filhos:

Cloderico, nascido a 6 de dezembro de 1869 e falecido a 10 de novembor de 1876.

Maria, nascida a 2 de julho de 1872.

Áurea, nascida em 3 de junho de 1875 e falecida em 26 de novembro de 1876.

João, nascido em 27 de novembro de 1877 e falecido em 15 de abril de 1878.

Alice, nascida em 27 de setembro de 1879.

Augusto, nascido em 27 de outubro de 1880.

(d) JOAQUIM de CASTRO PAGELS nasceu em 23 de janeiro de 1850 e faleceu em 1855.

(e) AUGUSTO de CASTRO PAGELS nasceu em 13 de julho de 1851, casou em 1874 com D. Caetana Pôrto de Castro Pagels e faleceu a 5 de setembro de 1878. Teve Argentina e Augusta, que morreram na infância.

(f) D. CRISTINA PAGELS de CASTRO LIMA VERDE nasceu a 14 de dezembro de 1852, casou com Antônio Telêmaco Ferreira Lima Verde, em 25 de março de 1865 e teve os seguintes filhos:

Maria, nascida em 1866 e falecida no mesmo ano; Fantina, nascida em 1867; Maria, nascida em 1868; Lucíola, nascida em 1869; Enock, nascido em 1870, falecido de tétano traumático a 17 de dezembro de 1881; Augusto, nascido em 1871; Laura, nascida em 1873; Julieta, nascida em 1875; Irineu, nascido em 1876; Alice, nascida em 1878; Cristina, nascida em 1879; João, nascido em 1881; Aída, nascida em 24 de março de 1883 e falecida 7 dias depois.

(g) HENRIQUE de CASTRO PAGELS nasceu em 1853 e faleceu no mesmo ano.

(h) HENRIQUE de CASTRO PAGELS nasceu em 1854 e faleceu a 6 de dezembro de 1879.

(i) D. ERNESTINA PAGELS de CASTRO VALENTE nasceu em 15 de julho de 1856, casou com João Gurgel do Amaral Valente e teve os seguintes filhos: Leopoldo, nascido a 11 de abril de 1875; Jônatas, nascido a 24 de julho de 1876, Suzete, nascida a 30 de outubro de 1880, e Mozart, nascido a 8 de janeiro de 1883.

Dêsse casal houve ainda dois filhos de nome Aristóteles, que faleceram.

(j) D. JÚLIA PAGELS DE CASTRO VALENTE nasceu a 1º. de outubro de 1860, casou em 1878 com Joaquim Gurgel do Amaral Valente, falecido de varíola, no Aracati, a 6 de dezembro de 1878, e teve os seguintes filhos:

Almerinda, nascida a 9 de novembro de 1876, Creobolina e Suzete. As duas últimas são mortas.

(11) O Tenente Antônio Teodorico de Castro casou com sua sobrinha e teve os filhos já apontados.

(12) O Chefe de seção aposentado Francisco Lúcio de Castro Silva casou com sua sobrinha D. Maria Arlinda da Fonseca Castro,

nascida em Pernambuco e falecida no Rio Grande do Norte a 4 de novembro de 1874, e teve os seguintes filhos:

Demelviro de Castro Fonseca, nascido a 4 de junho de 1845, já falecido; D. Donatila de Castro Fonseca, nascida a 22 de julho de 1847 e casada com Inocêncio Peregrino Xavier Ramos; Maria do Carmo, nascida a 8 de janeiro de 1849 e falecida a 10 de maio do mesmo ano; Manoel de Castro Fonseca, nascido a 11 de abril de 1850 e casado a 31 de julho de 1880 com D. Teresa Maria de Castro; Alfredo Lúcio de Castro, nascido a 6 de junho de 1851, empregado na Secretaria da Presidência de Pernambuco; Francisco Lúcio de Castro Júnior, nascido em janeiro e falecido em março de 1854; Francisco Lúcio de Castro Filho, nascido a 28 de outubro de 1855, empregado público; D. Rita Lúcia de Castro Fonseca, nascido a 18 de setembro de 1857; Virgínia de Castro Fonseca, nascida em junho de 1858 e falecida a 10 de junho de 1861; José de Castro, nascido em dezembro de 1859 e falecido a 25 de junho de 1861; João Lúcio da Fonseca Castro, nascido a 10 de março de 1864; D. Diva Lúcia de Castro, nascida a 18 de outubro de 1865.

(13) D. Maria Augusta de Castro, tendo-se casado com o português João Fernandes de Oliveira, tem os seguintes filhos: Afonso, Zulmira e João.

MAJOR JOÃO FACUNDO DE C. E MENEZES

1º. — O Major Antônio Facundo de Castro e Menezes, casando-se com D. Vitorina Guadelupe de Menezes, nascida no Pará a 12 de fevereiro de 1822, falecida em 1864, teve os seguintes filhos:

(a) 1º. Tenente de Artilharia ANTÔNIO FACUNDO de CASTRO MENEZES.

(b) D. EMÍLIA JOSEFINA de CASTRO MIRANDA, nascida a 3 de março de 1840, casada com Antônio Barjona de Miranda, do Pará, de quem tem um filho de nome Luís.

(c) D. FLORÊNCIA DULCE de CASTRO MENEZES.

(d) EVANGELISTA de CASTRO MENEZES.

(e) Empregado público MIGUEL FACUNDO de CASTRO MENEZES, nascido a 9 de agôsto de 1847.

(f) JOÃO FACUNDO de CASTRO MENEZES, nascido a 17 de outubro de 1848.

O Major Antônio Facundo passou a segundas núpcias com D. Ana Fernandes de Castro Menezes, falecida em 1867, de quem teve uma filha de nome Maria.

2º. — D. Maria Joana de Castro Barbosa, casando-se com seu primo Major Joaquim José Barbosa, filho do Capitão-Mor Joaquim

José Barbosa e de sua mulher, D. Teresa Maria de Castro Barbosa, teve a descendência seguinte:

(a) D. LEONÍSIA de CASTRO STUDART, nascida a 22 de janeiro de 1836, casada com John William Studart, 1º. Vice-Cônsul Britânico no Ceará, negociante matriculado, nascido a 7 de novembro de 1828, falecido a 1,30 horas da madrugada de 24 de fevereiro de 1878 e sepultado no cemitério de São João Batista, às 6 horas da tarde dêsse dia.

John Studart era filho do negociante inglês William Chambly Studart, falecido em Manchester em setembro de 1834, e de sua mulher, D. Mary Marta Studart, nascida em Manchester a 14 de julho de 1784 e falecida no Ceará a 23 de junho de 1866.

D. Leonísia, que faleceu às 9 horas da noite de 17 de maio (sexta-feira) de 1867 e jaz sepultada, ao lado de seu espôso, no jazigo da família Studart, deixou de seu consórcio os filhos seguintes:

Dr. Guilherme Studart.

Nasceu a 5 de janeiro de 1856, às 9,15 horas da manhã; fêz seu curso de Humanidades no Ateneu Cearense, sob a direção de João de Araújo Costa Mendes, e no Ginásio Baiano, depois Colégio S. José, sob a direção do Comendador Abílio Borges, hoje Barão de Macaúba, e do Revmo. Cônego Dr. Nepomuceno Rocha; matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia a 16 de março de 1872 e doutorou-se a 15 de dezembro de 1877, havendo sido suas teses aprovadas com distinção.

Da "Electroterapia" é o título de sua dissertação, o primeiro trabalho neste gênero publicado na Bahia.

É membro de várias associações literárias e científicas e tem por vêzes feito parte do Conselho Superior da Instrução da Província.

Por morte de seu pai, foi nomeado Vice-Cônsul Inglês interino no Ceará, por Dec. de 28 de fevereiro de 1878, e efetivo por Dec. de 25 de junho de 1879.

Pertence ao Corpo Médico do Hospital da Caridade e é médico da Colônia Orfanológica Cristina, de cuja Mesa Protetora fêz parte.

Quando na Bahia, foi sócio honorário do Gabinete Cearense de Leitura, por serviços prestados em favor das vítimas da sêca, e de 1881 para cá tem sido um dos Diretores dessa Associação.

O Dr. Guilherme Studart é um dos Vices-Presidentes do Centro Abolicionista "25 de Dezembro", a benemérita sociedade protetora dos escravos.

Foi o primeiro a aventurar a idéia das Senhoras cearenses constituírem-se em associações para a propaganda em favor dessa raça infeliz (discurso proferido por ocasião da instalação da Cearense Libertadora).

É de sua pena o humanitário manifesto endereçado à Capital, pelo Centro Abolicionista, a 13 de abril de 1883.

D. Maria Joana Guilhermina Studart.

Nasceu às 8 horas da noite de 20 de julho de 1857 e faleceu a 21 de julho de 1878 em Maranguape, onde jaz sepultada.

Dr. João Guilherme Studart.

Nasceu às 7 horas da manhã de 13 de setembro de 1858, fêz seu curso de Humanidades no Ateneu Cearense e Colégio São José, da Bahia, matriculou-se na Faculdade Médica da Bahia, a 24 de março de 1876, e doutorou-se a 18 de dezembro de 1881, sendo suas teses, "Da Cárie", aprovadas com distinção. Casou-se a 18 de dezembro de 1881 com D. Perpétua de Morais Studart, filha do Desembargador da Relação da Bahia, Dr. José Pereira da Silva Morais, e de sua mulher D. Elvira de Melo Morais.

O Dr. Studart tem de seu consórcio uma filha de nome Maria Elvira, nascida a 3 de outubro de 1882, e um filho de nome João Guilherme, nascido a 15 de outubro de 1883.

É médico da Santa Casa de Misericórdia e faz parte do Corpo de Saúde da Armada Brasileira para cujo quadro entrou a 15 de julho de 1882.

D. Leonísia Guilhermina Studart da Fonseca.

Nasceu às 8 horas da manhã de 1º. de janeiro de 1869 e casou a 7 de fevereiro de 1880 com seu primo João da Fonseca Barbosa, nascido a 6 de novembro de 1844, filho de Joaquim da Fonseca Soares Silva e de D. Teresa Barbosa da Fonseca, negociante matriculado, procurador da Câmara Municipal de Fortaleza.

Êsse casal tem tido três filhos:

Leonísia, nascida a 30 de novembro de 1880 e falecida a 28 de junho de 1882; Guilherme, nascido a 24 de março de 1882 e João, nascido a 27 de fevereiro de 1883.

Joaquim Guilherme Studart.

Nasceu às 11 horas da manhã de 18 de fevereiro de 1861 e faleceu às 6 horas da manhã de 24.

Farmacêutico Carlos Guilherme Gordon Studart.

Nasceu às 2 horas da madrugada de 23 de março de 1862, fêz curso de Humanidades no Ateneu Cearense e Colégio São José, da Bahia, matriculou-se em março de 1880 na Faculdade Médica da Bahia e recebeu o Diploma de Farmacêutico a 16 de dezembro de 1882.

Eduardo Guilherme Studart.

Nasceu às 1,45 horas da manhã de 21 de outubro de 1863, fêz curso de Humanidades no Colégio São José, sob a direção do Dr. João Florêncio Gomes e faz hoje parte do Corpo Acadêmico da Faculdade do Recife.

Osvaldo, Emília e Georgina Studart são os três últimos filhos de D. Leonísia Studart que, portanto, os teve em número de 10.

(b) D. AUGUSTA de CASTRO BARBOSA STUDART, nascida a 30 de março de 1837 e casada a 26 de janeiro de 1870, por morte de sua irmã, com John William Studart.

Teve êsse casal três filhos:

Jorge Studart, nascido a 29 de outubro de 1870; Guilhermina Studart, nascida a 13 de novembro de 1871 e Alberto Studart, nascido a 6 de fevereiro de 1873.

(c) TENENTE JOÃO FACUNDO de CASTRO BARBOSA, nascido a 18 de agôsto de 1842 e falecido a 24 de maio de 1880, no interior da Província onde prestava serviço na qualidade de comandante da tropa ali destacada.

O Tenente João Facundo tomou parte na campanha contra o ditador Solano Lopes.

(d) D. EMÍLIA de CASTRO BARBOSA.

(e) D. JOANA de CASTRO BARBOSA.

(f) D. MARIA de CASTRO MIRANDA, casada a 8 de julho de 1868 com seu primo, o farmacêutico Carlos Filipe Rabelo de Miranda, filho do Major Carlos F. Rabelo de Miranda, e de D. Ana Augusta de Barros Miranda e nascido a 12 de agôsto de 1840.

Tem os seguintes filhos: Carlos, Maria Luísa, Júlia, Lídia, Elisa, Júlio e Laura.

(g) JOAQUIM JOSÉ BARBOSA JÚNIOR, comerciante.

(h) D. FLORÊNCIA de CASTRO BARBOSA.

3º. — D. Cândida Augusta de Castro Menezes faleceu solteira.

4º. — Dr. Ernesto Facundo de Castro Menezes também faleceu solteiro.

5º. — O Major Camerino Facundo de Castro Menezes casou com dona Natália Ornela Lima de Menezes, de quem não houve filhos.

SENADOR MANUEL DO NASCIMENTO CASTRO E SILVA

1º. — O Comendador Francisco Cândido de Castro Menezes teve de seu consórcio com D. Maria Raquel Froes de Castro Menezes os seguintes filhos:

(a) MANUEL FROES de CASTRO MENEZES, nascido a 25 de outubro de 1845 e já falecido.

(b) Doutor em Medicina JOÃO PLÍNIO de CASTRO MENEZES, nascido a 17 de abril de 1849. Reside em Pôrto Alegre.

(c) 1º. Tenente de Marinha FRANCISCO ALBERTO CASTRO MENEZES, nascido a 21 de novembro de 1850.

(d) D. RITA de CASTRO MENEZES, nascida a 7 de maio de 1852 e casada com o Capitão de Cavalaria João de Lima e Silva Bittencourt, filho do marechal Silva Bittencourt.

(e) JOSÉ URBANO de CASTRO MENEZES, nascido a 25 de maio de 1854. Farmacêutico em Pôrto Alegre.

(f) AUGUSTO CÂNDIDO de CASTRO MENEZES, nascido a 16 de janeiro de 1856.

(g) PEDRO de CASTRO MENEZES, nascido a 22 de fevereiro de 1858 e falecido a 28 de junho de 1859.

(h) ANTÔNIO FRANCISCO de CASTRO MENEZES, nascido a 26 de setembro de 1861.

(i) JOAQUIM ERNESTO de CASTRO MENEZES, falecido em 1862.

Além dêsses, houve ainda três filhas de nome Margarida que faleceram na infância.

O Comendador Francisco Cândido não teve filhos de seu segundo consórcio.

2º. — O Comendador Augusto César de Castro Menezes, casando-se com D. Maria Isabel Florim de Castro Menezes, nascida na Côrte, a 7 de setembro de 1819, e falecida a 11 de junho de 1872, teve os seguintes filhos:

(a) D. MARGARIDA de CASTRO MENEZES.

(b) PEDRO AUGUSTO de CASTRO MENEZES, nascido a 22 de novembro de 1842, casado com D. Francisca Bibiana de Castro Menezes de quem teve um filho de nome Mário Augusto.

(c) Capitão-Tenente da Armada MANUEL AUGUSTO DE CASTRO MENEZES, nascido a 8 de setembro de 1844, casado com D. Mariana Picanço de Castro Menezes de quem teve os seguintes filhos: Augusta, Maria Júlia, Manuel, Maria Isabel e Mariana.

O Capitão-Tenente Manuel Augusto, um dos heróis do Riachuelo e atualmente Capitão do Pôrto no Maranhão, é Cavaleiro de Cristo e de Aviz, Oficial da Rosa, condecorado com a medalha de Riachuelo e pela República Argentina com a medalha comemorativa do combate de Corrientes.

(d) FREDERICO de CASTRO MENEZES, nascido a 11 de janeiro de 1848, casado com D. Brites de Sá de Castro Menezes de quem teve Maria Leonor, Frederico de Castro Menezes e Álvaro de Castro Menezes.

(e) D. MARIA AUGUSTA DE CASTRO MENEZES, nascida a 25 de abril de 1849 e casada com João Fernandes da Silva, a 27 de fevereiro de 1883.

(f) D. AUGUSTA de CASTRO GURGEL do AMARAL, casada a 2 de fevereiro de 1866 com o Dr. José Avelino Gurgel do Amaral, ex-Deputado Geral e um dos atuais redatores do "Brasil", órgão con-

servador na Côrte, e falecida a 31 de julho de 1868. Tiveram dois filhos de nome Augusto (já falecido) e Manuel.

(g) D. CAROLINA AUGUSTA de CASTRO MENEZES, nascida a 23 de julho de 1851.

(h) D. JOAQUINA AUGUSTA de CASTRO MENEZES, nascida a 15 de novembro de 1856.

3º. — O Conselheiro Manuel Elisiário de Castro Menezes, casando-se com D. Carlota Florim Castro Menezes, teve os seguintes filhos:

(a) D. EMÍLIA de CASTRO MENEZES, falecida a 5 de abril de 1872 com 15 anos de idade.

(b) CARLOS MANUEL de CASTRO MENEZES, nascido a 7 de julho de 1861. Engenheiro empregado no prolongamento da Via-Férrea de Baturité.

(c) ALBERTO MANUEL de CASTRO MENEZES, nascido a 1º. de agôsto de 1863.

(d) OSCAR MANUEL de CASTRO MENEZES, nascido a 25 de julho de 1866.

4º. — D. Ludgera Carolina Florin Castro Silva Lassance e o Tenente-Coronel de Engenheiros Guilherme Carlos Lassance tiveram os seguintes filhos:

(a) D. CAROLINA de CASTRO SILVA LASSANCE, nascida a 8 de julho de 1867.

(b) AMÉRICO de CASTRO SILVA LASSANCE, falecido na infância.

(c) D. JOSEFINA de CASTRO SILVA LASSANCE, nascida a 19 de março de 1870.

5º. — D. Francisca Castro Silva Florin Grunewald e o Engenheiro Jorge Rodomaker Grunewald tiveram os seguintes filhos:

(a) ANA de CASTRO SILVA GRUNEWALD, nascida a 8 de agôsto de 1865.

(b) D. ALZIRA de CASTRO SILVA GRUNEWALD, nascida a 2 de janeiro de 1867.

(c) D. GEORGINA de CASTRO SILVA GRUNEWALD, nascida a 6 de janeiro de 1869.

(d) D. PAULINA de CASTRO SILVA GRUNEWALD, nascida a 25 de janeiro de 1872.

(e,f) ELISA e ELVIRA de CASTRO SILVA GRUNEWALD, nascidas a 2 de janeiro de 1875.

6º. — D. Manuela Florin Castro Silva Fernandes Costa e Alfredo Fernandes da Costa tiveram os seguintes filhos:

(a) EUGÊNIA de CASTRO SILVA FERNANDES COSTA, nascida a 4 de novembro de 1875.

(b) ARTUR FERNANDES de CASTRO SILVA, nascido a 25 de maio de 1877.

(c) MARIA ENEDINA SILVA FERNANDES COSTA, nascida a 15 de maio de 1879.

7º. — O 1º. Tenente Manuel do Nascimento Castro e Silva, casando-se com D. Josefina Lemos de Castro Silva, teve uma filha de nome Ema Lemos de Castro Silva, nascida a 4 de maio de 1873.

COMENDADOR VICENTE FERREIRA DE CASTRO SILVA

1º. — D. Brasília Angélica de Castro Carreira e o Senador Liberato de Castro Carreira tiveram os seguintes filhos:

(a) D. FIRMINA de CASTRO CARREIRA, nascida a 9 de junho de 1845 na capital do Ceará.

(b) D. BRASÍLIA de CASTRO CARREIRA, nascida a 30 de março de 1847 e falecida no Ceará.

(c) D. RITA de CASTRO CARREIRA, nascida a 8 de novembro de 1848 em Niterói, Província do Rio de Janeiro. Já falecida.

(d) D. HENRIQUETA de CASTRO CARREIRA. Também já falecida.

(e) D. AUGUSTA de CASTRO CARREIRA LASSANCE, nascida a 4 de julho de 1853 e casada com o atual Diretor da Estrada de Ferro de Baturité, Dr. Ernesto Antônio Lassance Cunha, nascido a 26 de fevereiro de 1851, filho do Coronel de Engenheiros Ernesto Lassance Cunha e de D. Ludgera Carolina Florin Lassance.

Êsse casal tem 4 filhos: Augusto, nascido a 29 de maio de 1878; Américo, nascido a 7 de junho de 1879; Artur, nascido a 23 de junho de 1881 e Álvaro, nascido a 11 de agôsto de 1883.

(f) VICENTE FERREIRA de CASTRO CARREIRA, nascido a 7 de setembro de 1855 e falecido a 16 de fevereiro de 1874, no Rio de Janeiro, onde cursava a Faculdade de Medicina.

2º. — D. Firmina de Castro Sousa e o Dr. J.J. de Almeida Sousa tiveram uma filha de nome América, que é casada com o Coronel Augusto Francisco Caldas, comandante do Corpo de Polícia do Rio de Janeiro.

3º. — Dr. Augusto José de Castro e Silva casou com D. Rita Matoso Duque Estrada Câmara de Castro Silva, filha do Desembargador Matoso da Câmara e teve os seguintes filhos: Firmina Angélica de Castro Silva, Vicente Ferreira de Castro Silva, Maria Paula Matoso Castro Silva, Rita de Castro Silva, José Matoso de Castro Silva, Angélica Ferreira de Castro Silva e Joana Matoso de Castro Silva.

4º. — D. Henriqueta Elisa de Castro e Aguiar casou a 18 de

março de 1882 com o Sr. Senador pelo Pará, Conselheiro Fausto Augusto de Aguiar e não tem filhos.

5º. — D. Elisa Henriqueta de Castro Silva, solteira.

6º. — D. Angélica de Castro Silva, falecida com 16 anos de idade.

7º. — D. Maria Eufrásia de Castro Silva, solteira.

8º. — Vicente Ferreira de Castro Silva, falecido solteiro, no Ceará.

9º. — D. Leopoldina de Castro Silveira e o Dr. D. Antônio da Silveira tiveram os seguintes filhos:

Joana de Castro da Silveira, Firmina de Castro da Silveira (falecida), Maria de Castro da Silveira e Vicente de Castro da Silveira (falecido).

TENENTE-CORONEL ANTÔNIO DA SILVA CASTRO

1º. — José Facundo da Silva Castro casou com D. Francisca Brasilina de Mendonça Castro e teve os seguintes filhos:

(a) **FAUSTO AUGUSTO de CASTRO MENEZES.**

(b) D. **RUFINA de CASTRO ABREU,** casada com Teotônio Evangelista de Abreu, de quem teve Teotônio de Castro Abreu, Teotônio Evangelista de Abreu, D. Francisca Brasilina de Abreu, D. Joana de Castro Abreu e D. Rufina de Castro.

(c) D. **ETELVINA VITERBO de CASTRO.**

(d) D. **JOANA CAROLINA de CASTRO.**

(e) D. **ROSA VITERBO de CASTRO.**

(f) D. **MARIA de CASTRO.**

(g) D. **FRANCISCA de CASTRO.**

(h) D. **ELISA de CASTRO.**

2º. — Antônio da Silva Castro Júnior casou com D. Esmeralda de Castro, de quem não houve filhos. Passou a segundas núpcias com D. Joana Valentim de Castro, de quem teve dois filhos, um de nome Adolfo e outra de nome Maria Viterbo. Por morte de sua segunda espôsa, celebrou casamento com sua prima D. Amália de Castro.

3º. — Joaquim Facundo de Castro casou com D. Josefina de Castro Bandeira e teve os seguintes filhos:

(a) **ANTÔNIO da SILVA CASTRO NETO.**

(b) D. **MARIA de CASTRO BANDEIRA.**

(c) D. **RUFINA de CASTRO.**

(d) D. **MARIA de CASTRO NOGUEIRA,** casada com José Venâncio Nogueira.

4º. — Vicente Facundo da Silva Castro casou com D. Hermina Maria das Dores Castro e teve os seguintes filhos:

(a) **CASTRICIANO FACUNDO de CASTRO.**

(b) D. MARIA CAROLINA de CASTRO.

(c) ANTÔNIO FACUNDO de CASTRO, falecido na infância.

(d) ANTÔNIO FACUNDO de CASTRO.

5º. — D. Maria Firmina de Castro Carriço e Antônio Francisco da Silva Carriço tiveram uma filha de nome Maria.

6º. — D. Henriqueta de Castro Nogueira e Francisco X. Nogueira não tiveram filhos.

Os demais filhos do Tenente-Coronel Antônio da Silva Castro não têm descendência.

D. Francisca de Castro Rabelo de Morais e D. Ana Clara Enes Viana não deixaram filhos, segundo já dissemos à página (?)

Dos filhos de D. Teresa de Jesus Castro Monteiro, falecida a 13 de julho de 1846, e de Manuel Monteiro de Sá casaram-se apenas Félix Monteiro de Sá com D. Maria Carolina Tôrres, e D. Juliana Augusta de Castro com seu primo Capitão Joaquim Lourenço da Silva Castro. Os primeiros tiveram dois filhos, os segundos não tiveram descendência.

D. MARIA DO CARMO SABINA

1º. — O Tenente-Coronel Tomás Lourenço da Silva Castro e D. Rufina Cândida de Castro Barbosa tiveram os seguintes filhos:

(a) Dr. AUGUSTO BARBOSA de CASTRO SILVA nasceu a 13 de fevereiro de 1836, Promotor Público do Aracati e Fortaleza, Procurador Fiscal do Tesouro Provincial, Bibliotecário, Oficial Maior da Secretaria do Govêrno no Ceará, Deputado Provincial em várias Legislaturas, Juiz de Direito de Lavras, Chefe de Polícia do Ceará e atualmente Juiz de Direito da Comarca de S. Borja, na Província do Rio Grande do Sul.

O Dr. Augusto Barbosa casou a 30 de setembro de 1863 com sua prima D. Emília Barbosa da Fonseca Castro, nascida a 27 de junho de 1843, filha de Joaquim da Fonseca Soares Silva e D. Teresa Barbosa da Fonseca, e tem duas filhas de nomes D. Maria Augusta de Castro, nascida a 21 de maio de 1865, e D. Emília Augusta de Castro, nascida a 10 de fevereiro de 1867.

(b) MARIA BARBOSA de CASTRO, falecida.

(c) Capitão TOMÁS LOURENÇO da SILVA CASTRO JÚNIOR,

nascido a 14 de março de 1839, delegado e vereador da Câmara de Baturité.

Casou a 8 de janeiro de 1870 na cidade de Baturité com D. Adélia Dutra de Castro, filha do Capitão Manuel Dutra de Sousa e D. Delfina Sampaio Dutra, e tem tido os seguintes filhos: Maria Adélia, nascida a 10 de novembro de 1870; Lídia, nascida a 18 de setembro de 1871; Tomás, nascido a 19 de outubro de 1872; Manuel, nascido a 4 de abril de 1874; Artur, nascido a 25 de março de 1876; Júlio, nascido a 16 de julho de 1878 e falecido em abril de 1879; Adélia, nascida a 25 de outubro de 1880 e Júlio, nascido em 1882.

(d) D. **RUFINA CÂNDIDA BARBOSA** de **CASTRO**, solteira.

(e) D. **TERESA BARBOSA** de **CASTRO**, solteira.

(f) **MANUEL LOURENÇO** de **CASTRO SILVA**, falecido a 4 de outubro de 1863.

(g) **JOAQUIM LOURENÇO** de **CASTRO SILVA**, falecido a 18 de agôsto de 1851.

(h) **JOAQUIM LOURENÇO** de **CASTRO SILVA II**, também falecido.

(i) D. **MARIA SABINA** de **CASTRO**, casada a 3 de agôsto de 1871 com seu primo farmacêutico João Lourenço de Castro Silva, de quem teve quatro filhos de nome César, nascido a 25 de agôsto de 1873 e falecido a 25 de setembro do mesmo ano; César, nascido a 8 de julho de 1876; Álvaro, nascido a 2 de junho de 1878 e falecido, e Alice, nascida a 4 de dezembro de 1881.

(j) D. **ANA FLORA** de **CASTRO CORRÊA**, casada a 29 de agôsto de 1874 com Pedro de Alcântara Corrêa, filho do Comendador Manuel Francisco Corrêa e D. Francisca Pereira Corrêa, naturais do Paraná.

Êsse casal teve quatro filhos: José Pedro, nascido a 19 de março de 1876; Manuel, nascido a 8 de julho de 1877; Álvaro, nascido em Antonina a 18 de outubro de 1878 e Maria Clara, nascida em Curitiba a 30 de maio de 1880.

(k) Tenente **JOÃO FACUNDO** de **CASTRO SILVA**, casado a 23 de dezembro de 1871 com D. Maria Lourenço Pereira de Castro, filha do Major Francisco Antônio Pereira, natural do Rio de Janeiro, e D. Lourença Raquel Pereira de Morais, natural do Aracati. Faleceu a 20 de maio de 1878, deixando um filho de nome Boanerges, nascido a 12 de setembro de 1876 e batizado a 29 de novembro pelo Padre Cincinato Ferreira Chaves.

(l) D. **SABINA** de **CASTRO BEZERRA**, casada a 9 de setembro de 1871 com o Major Israel Bezerra de Menezes, filho do Dr. Manuel Soares Bezerra de Menezes, natural da freguesia do Riacho do Sangue, e de D. Maria Teresa Bezerra de Menezes, natural de Quixeramobim.

Êsse casal tem quatro filhos: Eduardo, nascido a 24 de abril de 1874; Júlia, nascida a 27 de dezembro de 1875; Oscar e Marieta. Essa já é falecida.

(m) D. CÂNDIDA AUGUSTA de CASTRO BEZERRA, casada a 26 de dezembro de 1874 com João Batista Bezerra, irmão do Major Israel, e nascido a 29 de abril de 1852.

Êsse casal tem os seguintes filhos: Alfredo, nascido a 12 de novembro de 1875; Manuel, nascido a 24 de maio de 1877 e falecido de varíola a 30 de dezembro de 1878; Otávio, nascido a 28 de julho de 1879, e Maria Eleonora, nascida a 28 de outubro de 1882.

(n) EMÍLIA CRISTINA de CASTRO LIMA, casada com José Epifânio Ferreira Lima, de quem tem três filhos: Maria Elisa, nascida a 17 de dezembro de 1880; Tomás, Elvira e José Epifânio é filho do Capitão Antônio Sabino Ferreira Lima.

(o) JOSÉ LINDOLFO de CASTRO SILVA, nascido a 15 de abril de 1858 e falecido a 14 de junho de 1859.

2º. — O Comendador Dr. José Lourenço de Castro Silva e D. Maria Amália de Brito e Castro tiveram os seguintes filhos:

(a) D. MARIA AMÁLIA de CASTRO MEDEIROS, nascida no Rio de Janeiro a 16 de agôsto de 1873 e casada a 4 de janeiro de .... com o Comendador doutor em Medicina Antônio Manuel de Medeiros, de quem não houve descendência.

O Dr. Medeiros, delegado do Cirurgião-Mor do Exército no Ceará, faleceu a 13 de julho de 1879.

(b) D. AMÉLIA AUGUSTA de CASTRO SILVA, nascida em Fortaleza a 10 de janeiro de 1839. Solteira.

(c) JOSÉ LOURENÇO de CASTRO SILVA, nascido a 5 de abril de 1840 e falecido em 1843.

(d) Farmacêutico JOÃO LOURENÇO de CASTRO SILVA, nascido a 17 de maio de 1841, formado em 1866, condecorado com o Hábito da Rosa e Medalha de Campanha por serviços prestados na Campanha do Paraguai, onde estêve durante quatro anos e meio.

Casou a 3 de agôsto de 1871 com sua prima D. Maria Sabina de Castro Silva e teve os filhos exarados à pág. ???

O Farmacêutico João Lourenço tem ocupado o lugar de Juiz Municipal e Juiz da 1ª. Vara dessa capital.

(e) ESTÊVÃO LOURENÇO de CASTRO SILVA, nascido a 30 de abril de 1842 e falecido em 1843.

(f) Dr. JOSÉ LOURENÇO de CASTRO SILVA nasceu a 11 de setembro de 1844 na vila de Pesqueira (Pernambuco), recebeu em 1873 o grau de Doutor em Medicina na Universidade de Bruxelas, e verificou o título no Rio de Janeiro em 1875.

Nesse mesmo ano entrou para o Corpo de Saúde da Armada, sendo designado para servir na Campanha de Aprendizes do Ceará.

Casou a 16 de agôsto de 1873 com D. Clara Demarteau, natural da Bélgica, e faleceu a 14 de dezembro de 1881, deixando de seu consórcio quatro filhos: Adélia, Herman, Julieta e Alzira.

O Dr. José Lourenço representou a Província no biênio de 1880-1881.

Seu nome como filantropo e médico ilustrado vive gravado no coração de todos os cearenses, sobretudo das classes menos favorecidas da fortuna, para quem serviu de pai e protetor na grande crise da sêca por que acaba de passar a Província, crise que revelou o Tesouro inesgotável de sua caridade hoje proverbial.

Desgraçadamente seus últimos dias foram amargurados pelo ódio de dois ou três desafetos, entre os quais se destacou um indivíduo de nome João Brígido dos Santos.

(g) D. EMÍLIA FAUSTA de CASTRO MEDEIROS nasceu a 12 de janeiro de 1849 e morreu a 13 de maio de 1876, deixando de seu consórcio, celebrado a 23 de dezembro de 1869, com o Dr. Antônio Manuel de Medeiros, um filho de nome José.

(h) OLÍMPIO de CASTRO SILVA, nascido a 26 de julho de 1850 e falecido a 13 de agôsto de 1851.

(i,j) D. CARLOTA e D. CAROLINA de CASTRO SILVA. Gêmeas. Nasceram a 19 de junho de 1852.

A primeira casou com o Capitão José da Fonseca Barbosa, ex-delegado e vereador da Câmara de Fortaleza, e faleceu a 19 de fevereiro de 1878, sem deixar filhos.

O Capitão José da Fonseca nasceu a 16 de setembro de 1839 e é filho de Joaquim da Fonseca Soares Silva e D. Teresa Barbosa da Fonseca. Alma de fina têmpera, patriota, o Capitão José da Fonseca faz honra à Província que lhe foi berço.

A segunda casou a 23 de janeiro de 1873 com o negociante João Cordeiro, natural de Sta. Ana. Êsse casal tem os seguintes filhos: Adalgisa, Almerinda e Adelina.

(k) CÂNDIDO de CASTRO SILVA, nascido a 19 de dezembro de 1854 e falecido a 11 de outubro de 1856.

(l) ALFREDO de CASTRO SILVA, atual Tesoureiro da Caixa Econômica no Ceará, nascido a 22 de maio de 1856, casado a 29 de abril de 1882 com D. Matilde Assis Castro Silva, nascida a 25 de outubro de 1862.

Êsse casal tem um filho de nome José, nascido a 13 de junho de 1883.

(m) D. JÚLIA CAROLINA de CASTRO ABREU, nascida a 9 de novembro de 1858 e casada a 6 de setembro de 1879 com o negociante português Domingos Bento de Abreu, de quem teve dois filhos de nomes Luís, nascido a 1º. de julho de 1880 e falecido com 86 dias de idade, e Carlos, nascido a 18 de maio de 1881.

3º. — D. Teresa da Rocha Moreira e o Vice-Presidente João da Rocha Moreira tiveram os seguintes filhos:

(a) JOÃO da ROCHA MOREIRA, farmacêutico da Casa Imperial.

Nasceu a 17 de janeiro de 1838 e recebeu o Diploma de Farmacêutico pela Faculdade do Rio de Janeiro em dezembro de 1860.

Como político, o farmacêutico João da Rocha tem nome entre os melhores adeptos da Escola Liberal.

Foi Vereador da Câmara Municipal de Fortaleza, Membro do Conselho Superior de Instrução Pública, e desde 1874 até esta data é o Presidente do Gabinete Cearense de Leitura, importante associação a que tanto deve a instrução da Província.

É Diretor-Secretário da Caixa Econômica e Monte de Socorro, Membro da Mesa Administrativa do Asilo de Mendicidade e Santa Casa de Misericórdia.

Casou a 19 de setembro de 1874 com sua prima D. Abrilina de Castro Rocha e tem tido os seguintes filhos: Manuel Augusto de Castro Rocha, nascido a 16 de outubro de 1875; Teresa da Rocha, nascida a 23 de março de 1877; João da Rocha, nascido a 23 de março de 1879; Antônio Carlos da Rocha, nascido a 14 de julho de 1881, e Maria Augusta de Castro Rocha, nascida a 30 de agôsto de 1882.

(b) GENTIL da ROCHA MOREIRA, Alferes Ajudante do Batalhão 26 de Infantaria.

Nasceu a 29 de outubro de 1839 e sucumbiu a 8 de julho de 1861, nos campos do Paraguai onde com outros valentes cearenses fôra desagravar a honra nacional.

Era condecorado com o Hábito de Cristo.

(c) Capitão-Tenente MANUEL LOURENÇO de CASTRO ROCHA, atual Vice-Diretor do Colégio Naval.

Nasceu a 13 de maio de 1842 e casou com D. Joana Sales Castro Rocha de quem tem os seguintes filhos: Camerino, João, Mecenas e Teresa.

O Capitão-Tenente Manuel Lourenço é condecorado com o Oficialato da Rosa, é Cavaleiro de Aviz, Cristo e Rosa, e tem medalha de campanha.

Foi Aspirante da Guarda Marinha a 25 de fevereiro de 1860; Guarda Marinha a 8 de fevereiro de 1862; 2º. Tenente a 28 de novembro de 1862 e 1º. Tenente a 21 de junho de 1867.

(d) ANA PÓSTUMA da ROCHA, nascida a 1º. de setembro de 1851.

4º. — O Major Antônio Lourenço da Silva Castro casou em Pôrto Alegre, a 28 de novembro de 1846, com D. Brinulfa do Carmo

Leopoldina de Castro, nascida no Rio de Janeiro a 20 de julho de 1830, filha do Capitão Gregório Teixeira Lopes do Carmo, natural de Santa Maria, Comarca de Viana em Portugal, e de D. Petrona Teixeira Lopes do Carmo, nascida a 29 de junho de 1810 na cidade de Montevidéu e falecida em Pelotas a 13 de outubro de 1856.

D. Brinulfa do Carmo faleceu a 25 de março de 1862 na Capela de N.S. da Piedade, município de São Leopoldo, Província do Rio Grande do Sul, deixando os seguintes filhos:

(a) D. MARIA DÁRIA de CASTRO, nascida em Pelotas a 25 de outubro de 1847 e falecida no Ceará a 8 de outubro de 1865.

(b) ABRILINO BRINULFO LOURENÇO DE CASTRO, nascido em Jaguarão, a 24 de abril de 1849, e falecido na dita cidade a 20 de janeiro de 1851.

(c) D. MARIA do CARMO de CASTRO, nascida em Jaguarão a 7 de junho de 1850 e falecida na Capela de N. S. da Piedade, em 13 de dezembro de 1859.

(d) D. SABINA MADALENA de CASTRO POMPEU, nascida em Jaguarão, a 18 de julho de 1851, e casada a 29 de junho de 1868 com o Engenheiro José Pompeu de Albuquerque Cavalcante de quem tem tido os seguintes filhos: D. Maria Brinulfa de Castro Albuquerque, nascida a 23 de abril de 1869; Júlio Pompeu, nascido a 8 de dezembro de 1871; Julieta Leopoldina, nascida a 27 de julho de 1874; José Pompeu, nascido a 11 de novembro de 1879; Sabina Madalena, nascida a 24 de novembro de 1881 e falecida a 4 de fevereiro de 1882, e Etelvina de Castro, nascida a 24 de agôsto de 1883.

O Dr. José Pompeu de Albuquerque Cavalcante nasceu a 10 de abril de 1839.

É um dos vultos mais salientes na política liberal, foi Presidente da Assembléia Provincial e atualmente é Deputado à Assembléia Geral pelo 6º. Distrito do Ceará. São de alta valia os serviços que há prestado e continua a prestar a seu partido na qualidade de redator-chefe do "Cearense", o velho órgão do Liberalismo na Província.

(e) DEZEMBRINO LEOPOLDO LOURENÇO de CASTRO, nascido a 24 de dezembro de 1852 e falecido a 31 de novembro de 1871, em Pernambuco.

(f) D. SETEMBRINA BRINULFA de CASTRO, nascida a 11 de setembro de 1854.

(g) MANUEL, nascido a 16 de setembro de 1855 e falecido a 1,30 horas, depois de nascido.

(h) D. TERESA URSULINA de CASTRO, nascida em S. Leopoldo a 4 de janeiro de 1857 e falecida no Ceará a 24 de dezembro de 1876.

(i) D. ABRILINA ANTÔNIA de CASTRO ROCHA, nascida em

S. Leopoldo a 19 de abril de 1858 e casada com seu primo farmacêutico João da Rocha Moreira de quem teve os filhos apontados à pág. (?)

(j) D. ETELVINA PETRONILA de CASTRO, nascida a 28 de julho de 1860.

(k) VIRGÍNIA CARMELITA de CASTRO, nascida a 25 de setembro de 1861 e falecida a 20 de fevereiro de 1864.

5º. — O Capitão Joaquim Lourenço da Silva Castro casou, como ficou dito, à pág (?), com sua prima D. Juliana Augusta de Castro e não teve filhos.

6º. — D. Maria do Carmo de Castro Pôrto e Filipe da Silva Pôrto não tiveram filhos.

7º. — D. Maria Madalena de Castro faleceu solteira.

D. RITA APOLINÁRIA DE CASTRO CARREIRA

1º. — D. Maria Rosa de Viterbo Castro Sampaio e Luís Francisco Sampaio tiveram os seguintes filhos:

(a) D. HIGINA de CASTRO COSTA, nascida a 11 de janeiro de 1832, casada a 15 de março de 1851 com o Comendador Antônio Teodorico da Costa, nascido a 15 de julho de 1828, filho de Antônio Elói da Costa e D. Ana Faustina da Costa.

O Comendador Antônio Teodorico da Costa é farmacêutico pela Faculdade do Rio de Janeiro, foi Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, Deputado Provincial e acabou de administrar a Província pela segunda vez na qualidade de seu 2º. Vice-Presidente.

D. Higina de Castro Costa teve os seguintes filhos de seu consórcio:

D. Brasília Moreira, farmacêutico José Elói e o Acadêmico de Engenharia Antônio Elói da Costa.

D. Brasília da Costa Moreira nasceu a 26 de fevereiro de 1854 e casou a 15 de junho de 1872 com o Dr. Inspetor da Saúde Pública João da Rocha Moreira, de quem teve as seguintes filhas: Higina, nascida a 17 de março de 1873; Brasília, nascida a 15 de fevereiro de 1875; Maria, nascida a 18 de novembro de 1876 e Umbelina, nascida a 26 de novembro de 1883.

O Dr. João da Rocha Moreira nasceu a 1º. de fevereiro de 1845 e é filho do Major Manuel da Rocha Moreira e D. Brasília da Rocha Moreira.

O Farmacêutico José Elói da Costa nasceu a 1º. de dezembro de 1859, formou-se na Faculdade da Bahia em 1881 e casou, a 10 de fevereiro de 1883, com sua prima D. Maria Isabel.

O Engenheiro Antônio Elói da Costa nasceu a 12 de agôsto de 1861.

(b) D. BRASÍLIA de CASTRO SAMPAIO, nascida no Aracati a 10 de fevereiro de 1833 e casada a 6 de dezembro de 1879 com seu primo Lourenço Francisco Sampaio de quem não teve filhos.

Lourenço Sampaio é filho de José Francisco Sampaio.

(c) MARIA, nascida a 25 de setembro de 1836 e falecida uma hora depois.

(d) ARISTIDES, nascido no Ceará a 20 de setembro de 1837 e falecido onze meses depois.

(e) D. CARMINDA de CASTRO SOUSA, nascida no Ceará a 22 de janeiro de 1838 e casada a 14 de janeiro de 1865 com Gonçalo de Sousa Albuquerque, nascido a 29 de junho de 1837, filho de Félix José de Sousa e D. Isabel Rodrigues de Farias.

Tiveram dois filhos: Pedro de Castro Sousa, nascido a 29 de junho de 1868 e D. Maria Isabel, nascida a 3 de agôsto de 1866 e casada com o Farmacêutico José Elói. Vide acima.

(f) D. MARIA de CASTRO SAMPAIO nasceu a 19 de janeiro de 1850 e casou a 26 de março de 1870 com o Farmacêutico João Francisco Sampaio de quem teve os seguintes filhos: Gustavo, nascido em Baturité, a 1º. de maio de 1871; Maria, nascida a 16 de maio de 1872; Júlio, nascido em Fortaleza a 11 de maio de 1873; Laura, nascida a 24 de maio de 1874; Julieta, nascida a 31 de agôsto de 1875; João, nascido a 2 de abril de 1877; Alice, nascida a 22 de julho de 1879; João, nascido a 7 de junho de 1883 e falecido logo depois.

O Farmacêutico João Francisco Sampaio nasceu a 27 de maio de 1847, formou-se a 4 de dezembro de 1868 na Faculdade do Rio de Janeiro, foi Deputado nos biênios de 78, 79, 80 e 81 e atualmente ocupa o lugar de Diretor da Secretaria da Assembléia Provincial.

Foram seus pais João Francisco Sampaio e D. Joana Marcolina Sampaio.

2º. — O Senador Liberato de Castro Carreira e sua prima D. Brasília Angélica de Castro Carreira tiveram os filhos já apontados à pág. (?)

Aqui damos por findo o nosso trabalho. Se os múltiplos afazeres que nos pesam sôbre os ombros permitirem-no algum dia, buscaremos desenvolver as genealogias dos outros irmãos do Capitão-Mor José de Castro Silva II.

Será então ocasião de tratar dos Sabóias, dos Filgueiras de Melo, Caminhas, Leitões, Portugal Nogueiras, Martins, Montes e ou-

tras famílias, que com desvanecimento vêem colocados muitos de seus membros nas mais altas posições do país, quer no mundo político, quer científico ou industrial.

Aqui damos por findo o nosso trabalho.

Que os Castros de hoje e os de amanhã aprendam nos seus antepassados exemplos de amor à Pátria, à Justiça e à Verdade.

Auto de corpo de delito que mandou proceder o Juiz de Paz do primeiro ano, Capitão-Mor Joaquim José Barbosa, no cadáver do Major João Facundo de Castro e Menezes, assassinado no dia antecedente.

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1841, aos nove dias do mês de dezembro do dito ano, nesta cidade de Fortaleza, cabeça da Comarca e Província do Ceará Grande, em casa de morada do Major João Facundo de Castro e Menezes, onde foi vindo o Juiz de Paz do primeiro ano, Capitão-Mor Joaquim José Barbosa comigo Escrivão de seu cargo ao diante nomeado, o Cirurgião-Mor da Província do Ceará Grande Joaquim da Silva Santiago e o Cirurgião Francisco José de Matos para efeito de se proceder a exame e Corpo de Delito no cadáver do dito Major João Facundo que havia sido assassinado à noite antecedente com três tiros e logo pelo dito Juiz de Paz foi deferido aos ditos peritos o juramento dos Santos Evangelhos em um livro dêles a um depois de outro, encarregando-lhes que com boa e sã consciência examinassem o corpo do cadáver que estava presente e declarassem quantos ferimentos, nódous e contusões tinha o dito cadáver em seu corpo, suas qualidades e situações e se delas provinha a morte. E recebido por êle dito juramento assim o prometeram cumprir e guardar como lhes era encarregado, e logo na presença do dito Juiz e de mim Escrivão, passaram os ditos peritos a examinar o corpo do dito cadáver e declaram ter êste uma ferida longa sôbre a parte lateral média e inferior do crânio do lado direito com fraturas ou grandes destruições nos ossos parietal, escamosa do temporal e coronal até a apófise todos do mesmo lado direito com extensão de duas polegadas de bôca circularmente penetrando a cavidade do crânio em direção oblíqua para a base posterior e inferior do occipital com perdimento e grande destruição do cérebro e grossos vasos; outro ferimento junto ao côndilo esquerdo do occipital, contendo uma polegada de extensão triangularmente sem fratura da sutura romboidia e destruição da porção cerebelar, cujo ferimento último denota ser havido dos corpos superiormente impelidos. Êstes ferimentos foram feitos com arma de fogo e pelos estragos notados em entranhas, órgãos e vasos tão necessário à vida foram absolutamente mortais. E por esta forma houve o dito Juiz êste auto de Corpo de Delito por

terminado. Eu, escrivão, dou minha fé, por ser todo o conteúdo em verdade por ver e presenciar ditos ferimentos da cabeça do dito cadáver, e de tudo para constar mandou o dito Juiz de Paz fazer êste auto em que assinou com os ditos peritos. Eu, Antônio Lopes Benevides, Escrivão, o escrevi. — Joaquim José Barbosa, Joaquim da Silva Santiago, Francisco José de Matos.

(Copiado dos autos em poder do escrivão Peixoto.)

OS PRESIDENTES DO CEARÁ

"A importância da verdade é tão grande que a menor violação de suas leis, mesmo em matérias frívolas, acarreta sempre um perigo. O mais leve desvio é um ataque feito ao respeito, que se lhe deve".

BENTHAM

Merece aplausos e é credor da pública animação o escritor que envida esforços para ajuntar materiais preciosos, que sirvam a construir a história do País e dissipar as incertezas, que o tempo e as paixões da ocasião tenham acumulado em tôrno dos acontecimentos a ponto que as gerações, que se sucedem, possam separar o verdadeiro do falso e abraçar convencidas a legítima versão.

Compreendo o papel eminentemente civilizador e por demais honroso que assume sôbre os ombros quem, erguendo-se acima dos interêsses de família, segregando-se de suas afeições, fechando a alma às violentas e fatais imposições geradas pelo espírito de partido, escreve a história de um povo, quem com o escalpelo da crítica vai patentear, pôr a nu a crônica ilustre ou cheia de máculas de uma dinastia ainda no esplendor ou já perdida no sepulcro, quem com mão de mestre, mas escudado em documentos, que duvida não sofram, traça o caminhar incessante das civilizações, as lutas em que a sociedade se empenha buscando arrancar de si as algemas do quietismo, a imobilidade de Kneph, apanágio de suas irmãs primogênitas.

É importante o vulto do historiador Milanes apontando aos povos e aos soberanos as severas e eloqüentíssimas lições, que o passado nos ministra, mas sem queimar jamais, na pira de seu entusiasmo, de suas crenças de religião, a verdade dos fatos, seus foros

de escritor imparcial; obriga-nos a merecido respeito a pena ilustre e convencida de Voigt esquecendo que nascera embalado pelos cânticos protestantes para só encarar na pessoa de um pontífice romano a encarnação das virtudes cristãs, o tipo da convicção ilustrada, inabalável; dói-nos, ao invés, descortinar sempre nos eloqüentes trabalhos de Arouet um móvel único, dominador, sufocando todos os outros — o espírito de escola —, sempre a encarar os fatos pelo prisma dos preconceitos adquiridos, nunca a encontrar a verdade nos arraiais adversários, sob as tendas inimigas, nunca a descobrir um incentivo puro, generoso no mais pequenino assunto em que se envolve um personagem do qual se constituíra desafeto.

Uns descrevem órbitas muito alongadas nos céus do pensamento, outros em acanhado espaço fazem suas evoluções.

*
* *

A *constituição* tem de certos dias a esta parte publicado interessantes biografias dos presidentes do Ceará desde que o Império, separando-se da mãe pátria, constituiu-se nação independente; seu autor é o Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, a quem rendo o público elogio de um espírito investigador e entendido sobremodo na história da província.

Lamento, porém, e comigo todos os que conhecem a enormíssima vantagem, biografias para o conhecimento dos mais importantes acontecimentos realizados entre nós, que seu autor, alimentando seu espírito de cronista ilustrado com as idéias que comunga no terreno da política, querendo impor histórias à história consoante De Maistre, só tivesse frases encomiásticas, palavras de elogios para os presidentes do credo conservador, e azedume e aspereza para os seus adversários, dos quais destaca apenas o Senador Alencar, êsse responsável moral dos acontecimentos da Província mas que tantos dêles se soube aproveitar em seu favor e dos seus, embora abandonando aos perigos amigos extremados, que em ingratidões repetidas houveram a paga nunca esperada de sacrifícios em conta.

Escrevendo êsses conceitos, não embriaga-me o fumo das paixões nem sou levado por um sentimento partidário ou melindre de família ofendido; o que eu julgo dos requisitos indispensáveis a um bom historiador m'o vedaria fazer em outra ocasião, e muito principalmente agora.

Quero a história severa, implacável, fria, enlaçando em suas dobras de serpente Lacoôntica os réprobos sociais e erguendo altares aos trabalhadores do bem, aos mineiros das grandes idéias, das

sublimes utopias, mas a quero sem respeitos humanos, justa, imparcial.

Lavro, portanto, um protesto, tendo por mira a eloqüência esmagadora dos fatos e o testemunho de muitos, que ainda hoje vivem, e são outros tantos luminares a esclarecer-nos as avenidas do passado.

O que o Dr. Paulino escreve das administrações que precederam e vieram logo após a de João Facundo de Castro Menezes, a influência mais legítima e real que já contou esta Província, nem sempre, permita dizê-lo, vai de acôrdo com os fatos.

Manuel Felizardo de Sousa e Melo, o autor do repto impiedoso publicado no "Pedro II", de janeiro de 1842, e atirado às cinzas preciosas de um inimigo magnânimo, João Antônio de Miranda, o amordaçador da imprensa oposicionista, Francisco de Sousa Martins, que impõe aos brios da Província candidaturas antipáticas e que nela tem por si apenas as baionetas do govêrno, José Joaquim Coelho, perseguidor de mulheres e o expatriador de patriotas dedicados, são aí discutidos ao clarão frouxo das conveniências de partido e considerações pessoais; as linhas que de sua senhoria mereceu o govêrno do venerando chefe da família Castro, dão-no como um escritor parcial.

Releve-me, pois, o Dr. Paulino, que logo após a biografia do Brigadeiro Coelho, que aguardava ansioso, eu busque assentar os fatos em seu legítimo terreno, embora sucinta e ligeiramente me explique.

Tratando de Manuel Felizardo, a quem chama de Capitão Graduado de Engenheiros, quando o título que lhe compete é o de Honorário, e êste pelo menos o lugar que ocupava no corpo docente da Escola Militar, o Dr. Paulino narra os dias da nova administração e da nova política na Província, (pois os liberais haviam caído com o regente Feijó), como se nada houvera acontecido de notável, de anormal, durante os 14 meses, que tantos ela durou; explica a luta empenhada com os adversários da nova fase de coisas por êstes haverem quebrado o compromisso contraído de apoiar o regente Marquês de Olinda em oposição a Holanda Cavalcanti, sem dizer, todavia, que a causa da quebra do compromisso de Facundo, José Lourenço e seus parentes e correligionários havia sido Alencar, o amigo do candidato Lima e Silva, naquele tempo liberal; motiva as 156 demissões e até as de empregados vitalícios, já mesmo quando, havia dias, estava desembarcado o sucessor nomeado João A. de Miranda, com a necessidade de chamar os amigos do govêrno às posições de confiança; fala no projeto sôbre cornetas e instrutor da Guarda Nacional e passa a ocupar-se dos novos postos a que foi chamado por seu merecimento o Presidente, que, se como homem privado deixou uma memória honrada e um nome digno do mais sincero respeito, únicas riquezas, que a seus filhos legara quem se assentara nas cumiadas

do poder, cúpola social, mostrou-se em tudo no Ceará demasiado partidário.

Esquece, porém, o julgamento dos Moirões, êle cuja imprensa tantos artigos espalhou sôbre o lutuoso drama — morticínio de Viçosa —; esquece que da derrubada na Província apenas um liberal escapou, Joaquim de Macedo Pimentel; esquece o **deficit**, a bancarrota do erário público, a luta travada entre a Presidência e as Câmaras Municipais, que deram cumprimento à Lei Provincial sôbre a Guarda Nacional; não confessa que antes do rompimento da oposição muitos e dos mais dedicados liberais tinham sido vítimas do cutelo administrativo, e que as hostilidades romperam após a demissão de João Gomes Brasil, o secretário do Presidente anterior; circunda em uma palavra do mais sepulcral silêncio os acontecimentos mais importantes do govêrno do futuro Senador pelo Rio de Janeiro, Ministro da Guerra e da Marinha no Ministério Macaé e da Agricultura no do Duque de Caxias.

Não serei eu, porém, quem me demore sôbre êsse assunto, embora interessante, nem sôbre a vida pública dos três Presidentes conservadores, que se seguiram a Manuel Felizardo, pois, em tempo, publicarei a êsse respeito um ligeiro trabalho para o qual de há muito ando ávido a coligir materiais, dignos de fé, limito-me, tão sòmente, a transcrever das biografias, que há escrito o Sr. Dr. Paulino, as linhas que dizem respeito ao Major Facundo e lhes fazer a necessária justiça, tendo ante mim aberto o livro incorruptível da história.

Na biografia de Alencar (11º Presidente) diz S. S.:

"Com a exoneração do Presidente, Dr. Sousa Martins, tomou as rédeas da administração o Major Facundo, Vice-Presidente e chefe da oposição à administração passada.

Funcionava a Assembléia Provincial, composta em quase uma totalidade de conservadores. O Vice-Presidente repugnou prestar perante ela o juramento sob pretexto de que era uma corporação ilegal e facciosa; mas, afinal, não podendo assumir o govêrno sem essa formalidade, submeteu-se e prestou juramento.

Mas, apenas empossado da administração, foi perante a Câmara Municipal revalidar o juramento, depois do que passou a fazer a maior reação que em tais tempos um Presidente podia fazer logo na subida do seu partido ao poder. Referirei os seus principais atos:

Adiou a Assembléia Provincial e ordenou incontinenti à Câmara da Capital, de sua plena confiança, que procedesse à nova apuração, incluindo tôdas as eleições liberais que já tinham sido anuladas pelo poder competente, e dessa forma conseguiu fazer de uma assembléia conservadora outra quase tôda liberal; demitiu em massa todos os empregados nomeados pelas três passadas administrações e restituiu aos seus lugares os exonerados; exonerou a muitos Juízes de Direito

e tôda a oficialidade da Guarda Nacional e suspendeu e derrogou tôdas as leis das Assembléias Provinciais Conservadoras".

Compare o homem imparcial as linhas acima transcritas a aquelas que mereceram do biógrafo as demissões de Sousa e Melo e as perseguições atrozes, desmedidas de Coêlho; compare o meu trabalho será pouco.

"O Presidente, pela quebra do compromisso, teve de chamar às posições de confiança os seus amigos; nem a fala importantíssima na qual discutia com proficiência todos os assuntos do maior momento e sugeria idéias proveitosas nada valeu para poupar-lhe uma guerra de morte. (Biog. de Manuel Felizardo). A oposição, vendo perdido tão dasastradamente o seu chefe, redobrou de acrimônia contra o Presidente, que nem por isso se acovardou nem se excedeu (Biog. de Coelho)".

Ah! verdade da história! Ah! espírito de politica! uma impõe sacrifícios sem número, o outro desvia, cega, escraviza a inteligência mais privilegiada.

Como estuda o Dr. Paulino a administração Sousa e Melo, como relembra os folhetos — A administração do Sr. Manuel Felizardo. A eleição de um Senador, o Correio da Assembléia, êle que tem notícia do Barbeiro, 16 de dezembro e tantos outros e sôbre os quais não emite uma só palavra!

De outro lado, esqueço que, os que armaram o braço dos assassinos de Facundo, os acoutaram em suas casas e queimaram o último cartucho pelas suas absolvições nos tribunais do País, foram os mais ferrenhos perseguidores da família, que ódios estranhados privaram de seu natural protetor; não sabe que a casa da respeitável matrona D. Florência Bezerra de Andrade e Castro foi devassada e entre afrontas minuciosamente pesquisada, pois até as delações de escravos eram aceitas de bom grado para ferir os adversários; não sabe dos insultos e das torturas cruciantes por que passou a alma da infeliz viúva e de suas filhas desoladas, de cujos lábios ouví mais de uma vez a dolorosa narração; desconhece que o Major Joaquim José Barbosa foi obrigado a expatriar-se para o Pará, que o Major Belarmino de Menezes, e o próprio sogro do Dr. Paulino, João Franklin de Lima, tragaram o pão do exílio nas terras do Maranhão; não sabe que estiveram presos por uma suposta conspiração e vigiados como grandes criminosos José de Castro Barbosa, Padre Verdeixa, Antônio Barroso de Sousa, Antônio Tavares e outros, entre os quais não posso omitir o Capitão-Mor Barbosa, para o qual nada valeram os seus serviços eminentes ao País, sua alta posição social, sua idade e a moléstia de que em pouco tempo foi vítima, em sua fazenda Tauape.

E, não obstante, diz o Sr. Dr. Paulino que o Presidente não se excedeu!

Inda é cedo para se escrever êsse período da nossa história, mas um dia êle o será, espero em Deus.

Funcionava a Assembléia Provincial, composta em quase sua totalidade de conservadores, mas eram Deputados os que transformaram o recinto do Parlamento em casa de pugilato, em salão de diátribes até que às duas horas da madrugada forçaram a retirar-se o Presidente da mesa Major Facundo e privaram de seus títulos os representantes liberais, e tudo isto graças a anulação do Colégio da Granja, graças à parcialidade de Martins, que, embuçado em seu capote e cercado dos amigos, presenciara das galerias o pouco edificante espetáculo.

O Vice-Presidente repugnou prestar perante ela o juramento, sob pretexto de que era uma corporação ilegal e facciosa; mas, afinal, não podendo assumir o Govêrno sem essa formalidade, submeteu-se e prestou o juramento depois do que passou a fazer a maior reação que em tempos tais um Presidente podia fazer logo na subida de seu partido ao poder.

Não sei como o ilustre biógrafo, a moda dos signatários do Manifesto dos Deputados, não descobriu na revalidação do juramento, flagrante contradição da parte daquele que merecera governar a Província logo depois do grande ato da Maioridade, e que é imposição de Martins para deixar as rédeas do Govêrno perante os Deputados só acedera no intuito generoso e patriótico de não atirar a Província no abismo de uma luta fratricida, e de não provocar as sedições adrede preparadas.

Nos livros da Secretaria do Govêrno, com data de 9 de setembro, dia em que foi lavrado o aviso Imperial, ordenando que o Presidente passasse imediatamente a administração ao Vice-Presidente, existe um ofício de Facundo a Sousa Martins, que derrama luz copiosa sôbre os acontecimentos em questão.

Adiou a Assembléia Provincial, crime em Facundo e motivo de louvores a Sousa Martins, que adiou também a que funcionava com tôda formalidade e quando a sessão pouco faltava a findar-se, ato êsse que o Sr. Paulino esquece na respectiva biografia.

*
* *

As demissões de João Facundo não foram em massa, como faz supor o Dr. Paulino, em muito menor número do que as expedidas por seus antecessores elas foram apenas a reintegração a seus postos de velhos servidores e tem plausível explicação na subida do novo partido à alta governança.

Quanto à demissão de tôda a Guarda Nacional, e derrogação

de tôdas as leis das Assembléias Provinciais Conservadoras, são informações bebidas no jornalismo de então, fonte sempre e perigosamente suspeita.

Apêlo das paixões incandescentes dos publicistas daquelas épocas anormais para o testemunho de tantos que hoje evocam suas recordações, com a calma da velhice e a santidade das convicções.

Fortaleza, 14 de maio de 1831.

DR. GUILHERME STUDART.

LIGEIROS TRAÇOS BIOGRÁFICOS DO VICE-PRESIDENTE CAPITÃO-MOR JOAQUIM JOSÉ BARBOSA

O Capitão-Mor Joaquim José Barbosa, que tão saliente se devia mostrar, empregando seu crédito e valimento em fazer jurar na Província a Constituição Portuguêsa (1) e proceder-se à eleição de Deputados, e mais que tudo, proclamar nossa emancipação política, e manter o Ceará na adesão às idéias Monárquicas, nasceu a 8 de outubro de 1785, em Aracati, onde recebeu a educação literária compatível com os meios então à disposição de seus habitantes.

Foram seus pais Francisco Xavier Barbosa, natural do Rio Grande do Norte, e D. Lourença Maria Barbosa. (2)

Do Aracati, dirigiu-se a Pernambuco e aí entregou-se a estudos mais regulares, pois pretendia receber ordens sacras, mas, acontecendo falecer o Diocesano, voltou à pátria, indo restabelecer-se como negociante em Sobral, onde contraiu casamento com D. Teresa Maria de Castro Barbosa, filha do Capitão-Mor de Fortaleza, Antônio José de Castro Silva e D. Francisca de Castro Silva, natural da Província de Minas Gerais, e posteriormente na capital da Província, para onde atraíam sua atividade empreendedora e seu espírito amigo de largos horizontes.

Como homem de importância entre seus concidadãos, teve o

(1) Ata da sessão reunida na sala do Govêrno a 3 de julho de 1821, sob a Presidência do Governador Francisco Alberto Dubim, como consta no livro competente arquivado na Secretaria do Govêrno.

(2) O Capitão-Mor Barbosa teve os seguintes irmãos: João Paulo Barbosa, José Xavier Barbosa, Pedro Alexandrino Barbosa, Manuel Francisco Barbosa, Francisco Xavier Barbosa, Domingos José Barbosa, Antônio Francisco Barbosa, D. Paula Barbosa, casada com José da Fonseca Soares Silva, D. Lourença Barbosa casada com o mesmo e D. Joana Frncisco Barbosa, casada com seu primo legítimo José Barbosa, filho de Calixto Barbosa.

Capitão-Mar Barbosa ocasião de tomar parte nas lutas a que era arrastado o partido Liberal, e, como tal, figura entre os Deputados e Conselheiros do Govêrno, que combateram as administrações conservadoras.

Nos traços biográficos do Major João Facundo, já tivemos ensejo de apontar alguns dos acidentes de sua longa vida tão proveitosa à Pátria e à família, quer durante as lutas da República do Equador entre nós, quer naquelas que a ela sucederam.

Cidadão de virtudes e de proverbial piedade, o Capitão-Mor Barbosa mereceu sempre o respeito e a ilimitada consideração dos próprios adversários até o dia em que teve o crime de tomar a si a defesa da família Castro a que se achava ligado pelos laços do sangue e das idéias, que comungava em política numa época em que o bacamarte assassino assinalava o desfecho das lutas de partido, e a corrupção de Juízes venais cobria de flôres a fronte dos mandantes e mandatários de crimes e atirava às enxovias as vítimas, que gemiam ou protestavam.

Todo o Brasil conhece a tragédia, que envolveu no luto a Capital cearense, a 8 de dezembro de 1841, sendo Presidente da Província José Joaquim Coelho; todo o Brasil, com pasmo e horror indescritíveis, ouviu a notícia do desumano assassinato perpetrado na pessoa do Vice-Presidente João Facundo de Castro Menezes, o chefe acatado do Partido Liberal, o cavalheiro que, por sua influência, fôra votado ao bacamarte mercenário, como o foram também Simão Branquinho e o Dr. José Lourenço, êsse valente lidador da imprensa, e que dos três foi o único a escapar às emboscadas.

Asassinado o Chefe, ferida sua consorte, D. Florência de Andrade Bezerra e Castro, que com êle se achava na ocasião da perpetração do crime; acometida e saqueada sua casa de residência, sem que da parte da polícia se empregasse diligência em descobrir e punir os criminosos que o clamor público apontava com insistência; perseguidos e foragidos os membros mais salientes da família e seus afeiçoados, o ódio de Coelho, Albuquerque e mesmo de alguns, que esqueciam benefícios sem conta, que haviam recebido daqueles a quem espezinhavam, chegou a descobrir um plano de sedição nas justas recriminações de corações ulcerados pela dor e estendeu sua espionagem até ao recinto, ao interior das habitaçõs a que se abrigavam seus inimigos políticos.

Um dia eram dois soldados, que denunciavam uma sedição e o Presidente, Comandante das Armas da Província, fazia o testemunho dêsses dois inferiores fundamentos para perseguir e abrir rigorosíssima devassa; outro dia um miserável instrumento, Apolônia, escrava de D. Florência, corre à casa de Albuquerque e comunica-lhe a existência de grandes armamentos que serviriam para auxiliar uma revo-

lução que os Castros planejavam e cujo epílogo seria o assassinato de Coelho.

Alegres, os homens do Govêrno trataram de aproveitar a delação de uma ingrata por êles mesmos industriada e, ao romper d'alva, fizeram cercar a casa de D. Florência, mas, depois das mais rigorosas pesquisas, chegando até a mandar cavar o chão da cavalariça e outros pontos, o oficial Tôrres, que foi quem dirigiu a diligência, voltou ao Palácio comunicando nada haver encontrado, que autorizasse os boatos a que dava lugar a denúncia.

Declaração como essa iam frustrar os planos, que a intriga e o ódio já haviam realizado; mas, mau grado a confissão de Tôrres, apesar de caírem por terra todos os laços armados a inimigos que se queria perder a todo custo, foi forjicado monstruoso processo por tentativa de sedição e morte, em julho de 1842, e pronunciados o Capitão-Mor Barbosa, Padre Cerbelon Verdeixa, João Franklin de Lima, Antônio Belarmino Bezerra de Menezes, Antônio Tavares da Luz e José de Castro Barbosa.

Desde então, agitam-se peripécias importantes da existência atribulada de Joaquim Barbosa, o qual, graças à obsequiosidade de Antônio Caetano de Abreu, teria ido, antes que irrompessem as perseguições de Coelho, buscar em outra Província refúgio que patrícios desalmados e injustos lhe negavam, se a traição de J. M. C. G., a quem confiara o propósito de sua retirada e que foi pressuroso levar ao Presidente a conversa daquele a quem chamava amigo, não fizesse cercar-lhe a habitação pela madrugada e prendê-lo ainda no leito de repouso.

A 10 de agôsto de 1842 foram despronunciados Antônio Belarmino, João Franklin, Antônio Tavares e José Barbosa.

O venerando Capitão-Mor Barbosa e o padre Cerbelon Verdeixa responderam ao júri a 6 de outubro do mesmo ano e foram julgados réus, apelado êles da sentença para a relação do Distrito.

O papel de delator para a fôrça ignóbil coube a um aventureiro de nome Bernardo Antônio da Silva, natural de Caxias, e que há 2 meses fugira de Pernambuco para o Ceará por ter ali assinado têrmo de bem viver; foi delegado no Processo José Pio Machado, Juiz Municipal Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, que sustentou a pronúncia a 10 de setembro, promotor Saldanha Marinho, naquele tempo conservador emperrado, Juiz e Juiz infrene José Eustácio Vieira.

Como espécime do que eram os homens políticos daquela época, basta citar que o Chefe de Polícia José Vieira Rodrigues de Carvalho e Silva, atraiu as atenções do imenso auditório da sala do Júri, bradando de uma das galerias e gesticulando para que o Juiz fizesse calar o réu, que em têrmos indignados, porém corteses, se defendia de crimes, dos quais jamais cogitara e que lhe eram emprestados pelo ódio partidário.

É necessário que a história conheça a decisão do Júri e registre os nomes dos julgadores de Barbosa, dos quais o condenaram a 8 anos de prisão com trabalho:

"O Júri, quanto ao primeiro quesito, respondeu por nove votos, que o réu Joaquim José Barbosa não concorreu para ser assassinado o Excelentíssimo Presidente da Província, o Brigadeiro José Joaquim Coelho. Quanto ao sétimo quesito, respondeu sim, por oito votos, o réu José Joaquim Barbosa tentou reunir mais de vinte pessoas armadas para obstar a execução de ordens legais e privar o Excelentíssimo Presidente da Província e Brigadeiro José Joaquim Coelho do seu emprêgo. Quanto ao oito respondeu sim, o réu José Joaquim Barbosa cometeu crime por um motivo frívolo e reprovado, parágrafo quarto do artigo dezesseis do código criminal. Quanto ao nono quesito respondeu sim, o réu Joaquim José Barbosa cometeu crime com premeditação, parágrafo oitavo do artigo dezenove do código criminal. Quanto ao décimo quesito, respondeu não, por oito votos, o réu Joaquim José Barbosa não cometeu crime com abuso de confiança nêle posta. Quanto ao décimo primeiro respondeu sim, por oito votos, o réu Joaquim José Barbosa cometeu o crime com ajuste entre mais de dois companheiros, parágrafo dezesseis do código criminal. Quanto ao décimo segundo, respondeu sim, por unanimidade, o réu Joaquim José Barbosa tem a seu favor para atenuação do crime e sensibilidade com que se apresentou no Tribunal e é por isso favorecido pelo artigo dezenove do código criminal.

"Sala das conferências do Conselho dos Jurados, seis de outubro de mil oitocentos e quarenta e dois. Manuel Caetano Gouveia, Presidente, Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá, Secretário, Leocádio da Costa Weyne, José Xavier de Castro e Silva, João da Silva Pedreira, José Pedro de Oliveira, José Teófilo Rabelo, Pedro Lopes de Azevedo, Antônio Freire da Silveira, André A. de Almeida Quintela, Manuel Moreira da Rocha e Angelo Rodrigues Samico."

Essa decisão do Júri foi copiada **ipsis verbis** dos autos relativos a êsse processo e depositados hoje no Cartório do Escrivão Interino Lesko Peixoto.

Não copiei os mais dizeres da decisão por se referirem tão sòmente ao Padre Cerbelon.

Depois de ter estado no Quartel da Tropa de 1ª linha e a bordo de uma escuna de guerra, surta do pôrto, o Capitão-Mor Barbosa foi mantido prêso numa sala da Câmara Municipal e, posteriormente, no quarto nº da casa de correção, cessando a perseguição, de que era vítima, na Presidência do General Silva Bittencourt, que sucedeu a Coelho, a 2 de abril de 1843.

Eis os têrmos em que é concebido o acórdão da Relação de Pernambuco, que o despronunciou, e cuja cópia devo ainda à obsequiosidade do Escrivão Peixoto:

"Acórdão em Relação, etc.

"Que, tomando-se conhecimento do presente recurso entre partes apelantes, Joaquim José Barbosa e o Padre Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa, e apelado o juízo, julgam nulo e de nenhum efeito êste processo, porquanto não podendo ser válido processo algum crime sem que primeiramente conste e se ache provada a existência do delito, e quem sejam os delinqüentes, segue-se que tôdas as vêzes que faltar essa base essencial, desaparece a possibilidade do crime, e deve ser semelhante processo reputado nulo como se nunca existisse.

"Examinando-se todo êste processo quanto aos crimes dos apelantes de que se trata nêle não se encontra corpo de delito algum, nem prova da existência do crime, tanto pelo que respeita ao crime de sedição, como pelo que respeita ao de falsificação da ordem a fôlhas, imputada além daquele crime ao segundo apelante, Padre Verdeixa. Quanto ao primeiro crime, vê-se que o mesmo Juíz processante declara em seu despacho de pronúncia a fôlhas não ter aparecido sedição alguma na Província, mas que estava para arrebentar em alguns dos pontos dela, como êle se exprime, e não obstante os pronuncia como cabeças de sedição e, como tais, incursos no artigo cento e onze, do código criminal. Quanto ao segundo crime de falsificação de ordem a fôlhas também não se acha comprovada a existência de semelhante crime pela falta de se haver procedido à vista das ordens originais o preciso exame e confrontação por meio de peritos.

"Portanto, julgando como julgam nulo e como tal insuficiente de produzir efeito algum o processo dos Apelantes Joaquim José Barbosa, e Padre Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa, mandam que se lhes dê baixa na culpa, passando-se alvará de soltura e paguem-se as custas pelo cofre da Municipalidade. Recife, três de junho de mil oitocentos e quarenta e três. Belmont, Presidente Interino. Amara. Vilares. Bastos vencido."

Quatro anos se haviam escoado depois de sua saída do cárcere (o mandado de soltura, que é assinado por Eustácio Vieira, traz a data de 26 de junho de 1843), quando em seu engenho Tauape, a 30 de outubro de 1847 sucumbiu a uma lesão cardíaca o Capitão-Mor Barbosa, nos braços de sua sobrinha e espôsa, D. Vicência Cândida Barbosa, deixando de seu primeiro consórcio três filhos, a saber: D. Teresa Barbosa, que se casou com seu primo, Joaquim da Fonseca Soares Silva, Major Joaquim José Barbosa, que se casou com uma filha de Facundo, e D. Rufina Barbosa, que se casou com o Tenente-Coronel Tomás Lourenço da Silva Castro.

Seus restos repousam no corredor esquerdo da igreja do Rosário, ficando a seus lados os túmulos de João Facundo e D. Lourença de Morais.

O Capitão-Mor Barbosa foi cavaleiro da Ordem de Cristo e ocu-

pou cargos importantíssimos, tanto de eleição popular como nomeação do Govêrno.

Foi Juiz da Alfândega da Capital, lugar para que fôra escolhido por voto unânime do comércio, Comandante General do Batalhão de Voluntários do Príncipe Imperial e depois que foi jurada a atual Constituição mereceu ser eleito Deputado à Assembléia Geral (legislatura de 1825), com Manuel do Nascimento, Castro Viana, Albuquerque, Queirós Carreira, Marcelino de Brito, Moura e Marcos Brício.

Foi ainda Vereador, Conselheiro da Província, Deputado Provincial, ocupando por vêzes a cadeira da Presidência, Vice-Presidente da Província (1838) por Decreto referendado por Eusébio de Queirós e Diretor-Geral dos índios (Dec. de 24 de janeiro de 1846, referendado por Manuel Alves Branco).

Eis, em ligeiros traços, a biografia dêsse cearense ilustre.

Ceará, — outubro — 1883.

DR. G. STUDART